



Relatório e Contas - 2008

Porto, 19-03-2009

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
2- BREVE APRESENTAÇÃO	4
2.1 - ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO	4
2.2- ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO CENTRO HOSPITALAR	14
2.3 - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES HOSPITALARES NA ÁREA DE REFERÊNCIA	16
2.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	16
2.5- INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CHP	18
2.6- MISSÃO /VALORES/ ATRIBUIÇÕES	20
3 - ORGÃOS SOCIAIS	21
4 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	22
5- ACTIVIDADE GLOBAL EM 2008	23
5.1 - SÍNTESE DA PRODUÇÃO	23
5.2 - INTERNAMENTO	24
5.3- CONSULTA EXTERNA	34
5.4 - HOSPITAL DIA	35
5.5- URGÊNCIA	36
5.6- MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNOSTICO E TERAPÊUTICA	37
5.7 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	38
5.8 - INVESTIMENTOS	45
6 - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2009	47
7- GOVERNO DA SOCIEDADE	53
8-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	65
9- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	80
11 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	91

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O ano de 2008 foi um ano atípico. A aprovação tardia do regulamento e a nomeação ainda mais tardia das estruturas intermédias de gestão perturbou muito o resultado final, em termos de produção e necessariamente em resultado líquido.

A integração dos serviços horizontais incomodou muito os dois hospitais mais pequenos, já que foram obrigados a aprender novos circuitos, novas cadeias de responsabilidade, novas formas de aceder às pequenas facilidades que num hospital maior são normais. Mas o sacrifício valerá a pena, já que a integração numa estrutura de maior dimensão traz maior diferenciação técnica e contacto mais fácil com uma realidade clinicamente mais evoluída. São exemplo os ventiladores para os blocos, as novas camas para a Maternidade e para o Maria Pia. Progressivamente, sem se dar por isso, vai havendo maior uniformidade. Quando tivermos a fusão completa, o passado estará esquecido e ninguém se lembrará já como era antes.

Os projectos de desenvolvimento previstos seguem o caminho proposto. O projecto de execução do Centro Materno Infantil está entregue e em revisão. O Centro de Cirurgia de Ambulatório está em construção. Estão em elaboração os projectos de execução do novo edifício de consultas e do internamento da Pediatria. A reabilitação do 6º andar do Edifício Neoclássico tem o projecto no mercado. Estão na fase final as novas instalações do Conselho de Administração, da Farmácia e da Fisiatria. Estão também em desenvolvimento as intervenções na Maternidade, no Maria Pia e na Pedopsiquiatria.

A integração informática foi feita. Está em aperfeiçoamento. O processo clínico já é único. A integração laboratorial é uma realidade.

Não foi ainda possível iniciar a uniformização dos projectos de qualidade.

Há certamente ainda muito por fazer no processo de integração. É um trabalho para os próximos anos.



Sollari Allegro
Presidente do Conselho de Administração

2- BREVE APRESENTAÇÃO

2.1 - Enquadramento do Centro Hospitalar na Região

A área de Influência do Hospital Geral de Santo António ultrapassa 40% da população concelhia do Porto e é constituída por todas as freguesias da cidade, com excepção de Bonfim, Campanhã, Paranhos e Ramalde.

O HGSA é ainda referência para a população dos distritos de Bragança e Vila Real, dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de

Canavezes, do Distrito do Porto e dos concelhos situados a sul do Douro pertencentes à parte norte dos distritos de Aveiro e Viseu. A área de referência corresponde a mais de 600.000 habitantes.

A Maternidade Júlio Dinis tem como área de influência o grande Porto, com excepção das freguesias de Paranhos e Miragaia, e o concelho de Gondomar. A sua área de referência é mais alargada, recebendo doentes dos concelhos limítrofes do Porto e de toda a zona Norte em geral.

O Hospital Maria Pia tem como área de referência toda a zona Norte de Portugal, estando organicamente ligado aos centros de saúde de Aldoar, Carvalhosa e Foz do Douro.



A população coberta pelos três hospitais encontra-se no quadro seguinte. De referir que, no caso da Maternidade e do Hospital Maria Pia, a população a considerar não é a total, mas sim a população feminina e a população até aos 18 anos, respectivamente.

População coberta – áreas de Influência e Referência (2007)

	HGSA	MJD	HMP
Aldoar			
Bonfim			
Campanhã			
Cedofeita			
Foz do Douro			
Lordelo do Ouro			
Massarelos			
Miragaia			
Nevogilde			
Paranhos			
Ramalde			
Santo Ildefonso			
São Nicolau			
Sé			
Vitória			
<i>Porto Cidade</i>	221.800	221.800	221.800
Marco de Canaveses	55.041	55.041	55.041
Baião	20.911	20.911	20.911
Amarante	61.514	61.514	61.514
Felgueiras		58.954	58.954
Gondomar		172.904	172.904
Lousada		47.429	47.429
Maia		138.226	138.226
Matosinhos		169.122	169.122
Paços de Ferreira		55.985	55.985
Paredes		86.810	86.810
Penafiel		71.984	71.984
Póvoa de Varzim		66.463	66.463
Santo Tirso		70.427	70.427
Trofa		40.338	40.338
Valongo		95.706	95.706
Vila do Conde		77.052	77.052
Vila Nova de Gaia		310.086	310.086
Braga (distrito)		862.191	862.191
Viana do Castelo (distrito)		251.676	251.676
Bragança (distrito)	142.049	142.049	142.049
Vila Real (distrito)	217.338	217.338	217.338
Cinfães	20.494		
Resende	11.681		
Tabuaço	6.271		
São João da Pesqueira	8.115		
Armamar	7.153		
Tarouca	8.360		
Penedono	3.322		
Lamego (metade)	26.177		
Ovar (metade)	57.511		
Total	867.737	3.294.006	3.294.006

Fonte: Anuário estatístico 2007, INE

Áreas de Influência
Áreas de Referência

Analisando a estrutura etária da população da área de influência e referência, verificamos que mais de metade, 68,9%, pertence ao grupo da população em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade). Tem-se vindo a assistir a uma diminuição gradual da população jovem (idades entre os 0 e os 14 anos) acompanhada por um crescimento da população idosa (idade igual ou superior a 65 anos) verificando-se, em 2007, uma diferença de apenas 0,7 pontos percentuais entre estas duas classes.

Estrutura Etária da área de Influência (2007)

	(nº de habitantes)				
	0-14 anos	15- 24 anos	25-64 anos	≥65 anos	Total
Porto Cidade	28.887	22.850	124.710	45.353	221.800
Marco de Canaveses	10.461	7.738	30.294	6.548	55.041
Baião	3.405	2.906	11.063	3.537	20.911
Amarante	10.441	8.775	33.937	8.361	61.514
Felgueiras	11.336	8.602	32.567	6.449	58.954
Gondomar	27.293	20.122	101.947	23.542	172.904
Lousada	9.437	6.830	26.352	4.810	47.429
Maia	23.734	15.531	80.431	18.530	138.226
Matosinhos	25.589	19.391	99.588	24.554	169.122
Paços de Ferreira	11.057	7.566	31.725	5.637	55.985
Paredes	16.674	11.848	49.498	8.790	86.810
Penafiel	13.595	10.290	40.031	8.068	71.984
Póvoa de Varzim	11.978	8.634	37.519	8.332	66.463
Santo Tirso	10.305	8.725	41.054	10.343	70.427
Trofa	6.615	5.377	23.525	4.821	40.338
Valongo	15.945	11.512	56.260	11.989	95.706
Vila do Conde	12.921	9.725	44.014	10.392	77.052
Vila Nova de Gaia	49.760	35.259	180.247	44.820	310.086
Braga (distrito)	147.169	117.464	486.260	111.298	862.191
Viana do Castelo (distrito)	33.782	30.562	134.975	52.357	251.676
Bragança (distrito)	16.017	16.264	73.918	35.850	142.049
Vila Real (distrito)	27.946	27.263	117.232	44.897	217.338
Cinfães	3.161	2.729	10.897	3.707	20.494
Resende	1.756	1.620	5.917	2.388	11.681
Tabuaço	823	902	3.222	1.324	6.271
São João da Pesqueira	1.158	1.137	4.177	1.643	8.115
Armamar	913	896	3.846	1.498	7.153
Tarouca	1.285	1.180	4.442	1.453	8.360
Penedono	425	437	1.645	815	3.322
Lamego (metade)	3.748	3.425	14.429	4.575	26.177
Ovar (metade)	9.410	7.077	33.087	8.156	57.730
Total	547.026	432.637	1.938.809	524.837	3.443.309

(Fonte: INE)

Nos distritos de Viana do Castelo, Bragança e Vila Real e municípios do Porto, Tabuaço, Armamar e Penedono a percentagem de população idosa residente ultrapassa a percentagem de população jovem com diferenças que variam entre os 7% e os 14%. É nos municípios de Paços de Ferreira e Lousada que se observa maior prevalência da população jovem quando comparada com a população idosa.

A aproximação entre os dois grupos etários extremos encontra-se reflectida na evolução que se tem vindo a verificar das Taxas de Natalidade e Mortalidade.

Taxa de Natalidade e de Mortalidade

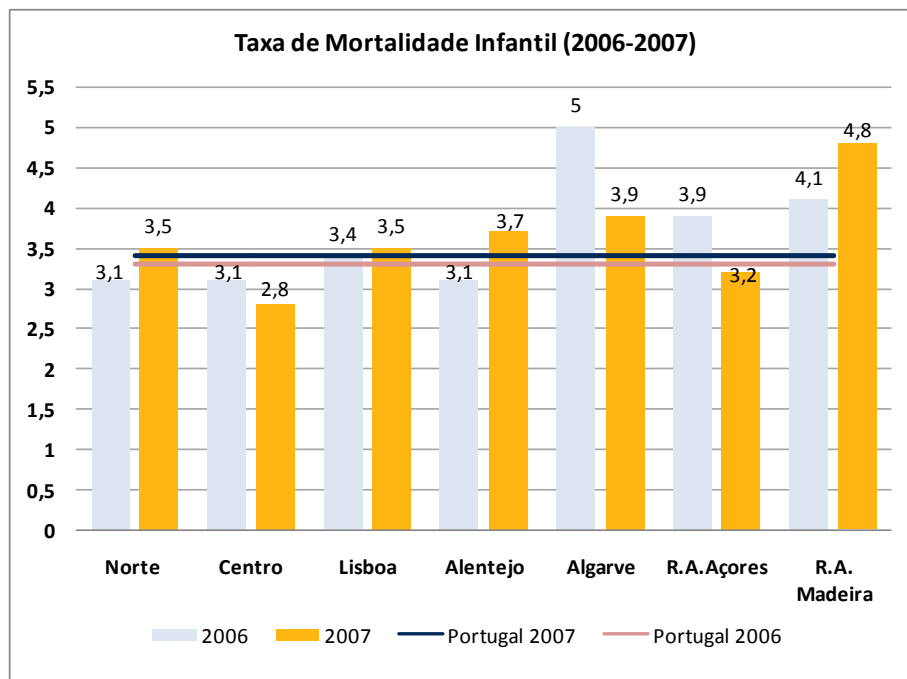
	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade		
	2006	2007	Var (%)	2006	2007	Var (%)
Porto Cidade	8,7	8,4	-4,2%	12,5	13,1	5,6%
Marco de Canaveses	11,3	11,0	-2,2%	6,8	6,8	1,0%
Baião	8,4	8,5	1,7%	10,4	10,5	0,2%
Amarante	8,4	8,3	-1,5%	7,3	8,1	10,1%
Felgueiras	10,6	9,8	-7,0%	6,2	6,1	-2,3%
Gondomar	9,7	9,3	-3,7%	6,9	6,6	-3,2%
Lousada	12,4	10,9	-12,4%	6,0	5,7	-6,0%
Maia	11,4	11,2	-2,5%	6,1	6,0	-3,2%
Matosinhos	10,2	10,0	-1,8%	8,1	8,2	1,0%
Paços de Ferreira	11,4	10,6	-7,4%	5,7	5,7	-0,3%
Paredes	12,4	10,6	-14,4%	5,8	5,8	0,3%
Penafiel	11,3	10,6	-5,7%	7,3	7,0	-4,2%
Póvoa de Varzim	11,0	10,3	-6,3%	7,6	7,3	-2,8%
Santo Tirso	7,7	7,8	0,5%	8,5	8,6	1,0%
Trofa	9,7	9,5	-2,7%	6,8	7,8	15,2%
Valongo	11,2	10,6	-5,1%	5,9	6,1	3,3%
Vila do Conde	11,1	10,8	-2,4%	7,7	7,8	0,8%
Vila Nova de Gaia	9,9	9,7	-1,8%	6,7	7,2	7,4%
Braga (distrito)	10,2	9,4	-7,8%	7,0	7,0	0,0%
Viana do Castelo (distrito)	7,8	8,2	5,1%	11,5	11,7	1,7%
Bragança (distrito)	6,5	6,4	-1,5%	13,4	13,9	3,7%
Vila Real (distrito)	7,4	6,8	-8,1%	11,7	12,3	5,1%
Cinfães	8,2	8,7	5,5%	10,8	10,1	-5,8%
Resende	7,8	9,5	22,8%	12,8	12,1	-5,1%
Tabuaço	7,0	6,5	-7,7%	15,5	15,5	0,3%
São João da Pesqueira	8,7	7,2	-17,3%	11,2	11,3	0,9%
Armamar	6,5	6,7	3,0%	11,2	12,8	14,5%
Tarouca	11,2	8,3	-26,0%	9,0	9,3	3,8%
Penedono	7,4	6,0	-19,5%	15,8	14,7	-6,9%
Lamego (metade)	8,9	7,5	-16,3%	12,1	10,4	-14,5%
Ovar (metade)	9,0	7,9	-12,2%	7,0	7,3	4,3%

(Fonte: INE)

De um modo geral, de 2006 para 2007 assistiu-se a uma quebra da Taxa de Natalidade. Tarouca foi o município que registou maior queda relativamente a 2006, 26,0%, destacando-se Resende pela variação positiva de 22,8% no mesmo período.

No que diz respeito à Taxa de Mortalidade, verificou-se um aumento da mesma na maioria dos municípios listados, sendo o município da Trofa aquele que registou maior aumento relativamente a 2006, 15,2%, e Lamego aquele que se destaca pela maior diminuição registada, 14,5%.

Relativamente à taxa de Mortalidade Infantil, o gráfico abaixo permite verificar um ligeiro aumento em 2007 quando comparado com 2006, consequência do aumento verificado nas regiões Norte, Lisboa, Alentejo e Região Autónoma da Madeira.



Fonte: Estatísticas Demográficas 2007, INE

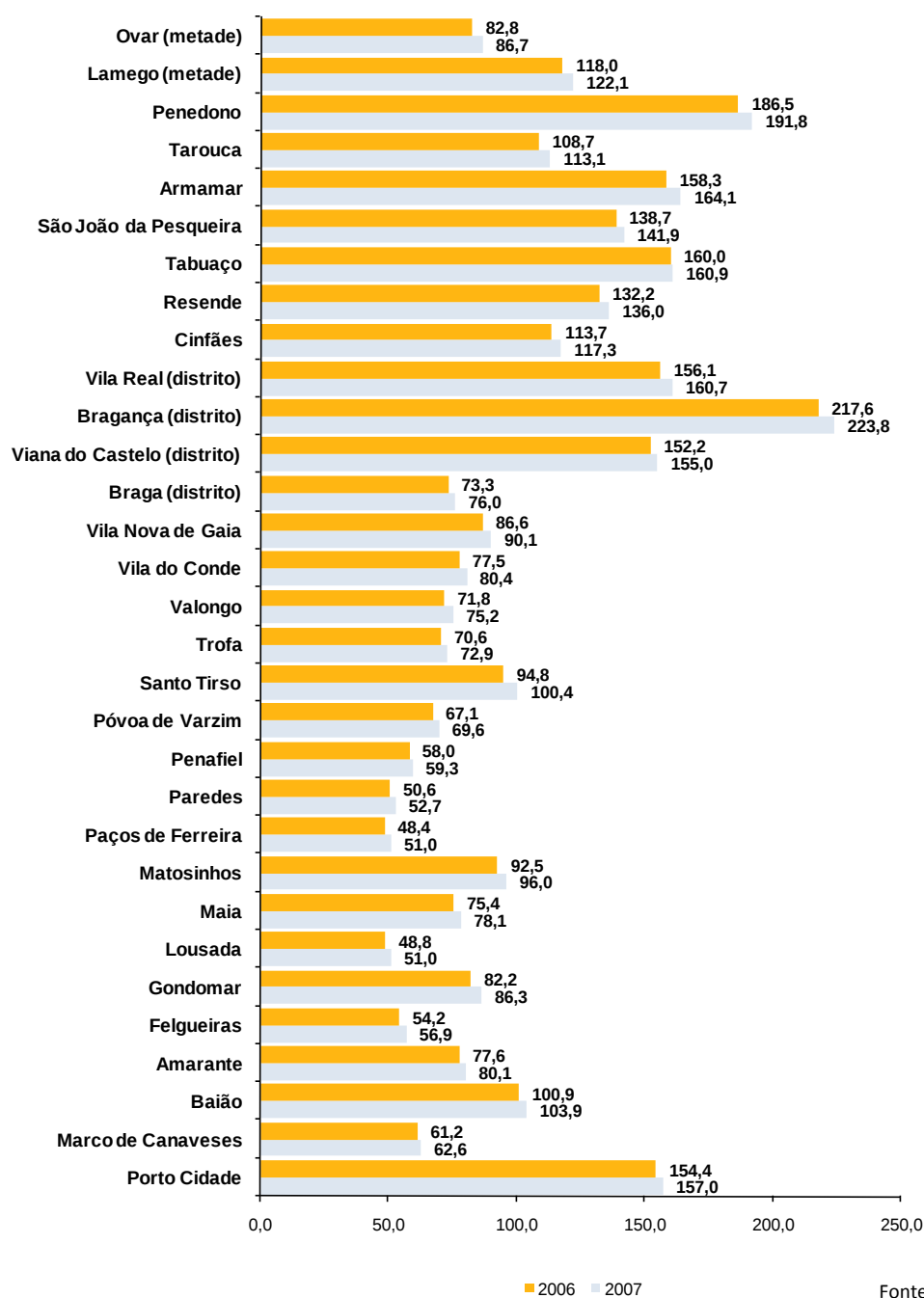
A tendência global de redução da Mortalidade Neonatal (crianças com menos de 28 dias de vida) reflecte, sobretudo, o declínio da Mortalidade Neonatal Precoce (óbitos ocorridos na primeira semana de vida). Salienta-se que o número dos óbitos neonatais precoces representou em 2007, 76,5% do número total de óbitos neonatais.

	Tx. Mortalidade Fetal Tardia (Fetos-mortos com 28 ou mais semanas)		Tx. Mortalidade Neonatal Precoce (Crianças com menos de 7 dias de idade)		Tx. Mortalidade Neonatal (crianças com menos de 28 dias de idade)		Tx. Mortalidade Perinatal (Fetos- mortos com 28 ou mais semanas e nados vivos com menos de 7 dias)	
	Portugal	Norte	Portugal	Norte	Portugal	Norte	Portugal	Norte
2002	3,4	2,7	2,6	3,0	3,4	3,7	6,0	5,6
2003	3,1	2,4	2,1	2,9	2,7	2,7	5,1	4,4
2004	2,7	2,5	1,7	1,8	2,6	2,6	4,4	4,3
2005	2,8	2,0	1,6	1,7	2,2	2,5	4,3	3,7
2006	3,1	2,7	1,6	1,2	2,1	1,8	4,6	3,9

Fonte: Estatísticas Demográficas 2007, INE

Globalmente, o decréscimo da Taxa de Natalidade é mais acentuado do que o aumento da Taxa de Mortalidade, e, por conseguinte, observamos um aumento generalizado do Índice de Envelhecimento da população.

Índice de Envelhecimento (2007)



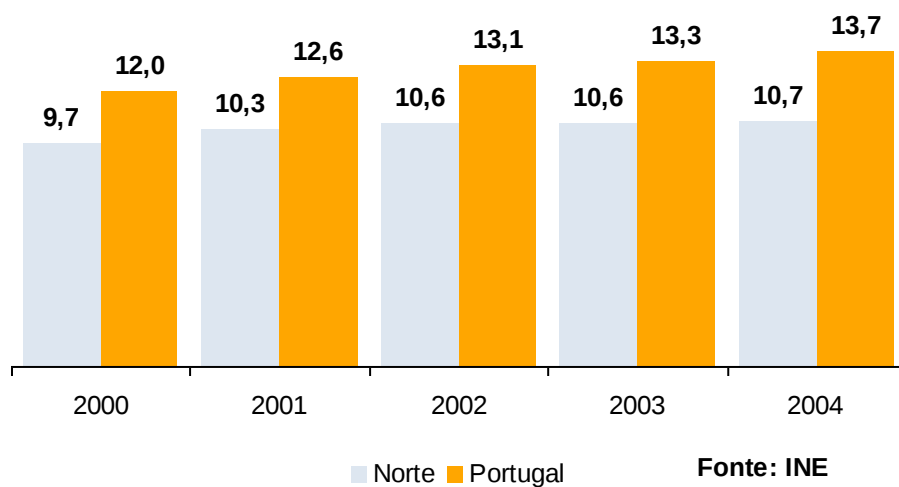
O distrito com a população mais envelhecida é Bragança, com 223 idosos por cada 100 jovens, em 2007. No extremo contrário encontramos Paços de Ferreira e Lousada, que em 2007 registam 51 idosos por cada 100 jovens.

Médicos e Enfermeiros por 1000 Habitantes

	Enfermeiros por 1000 habitantes (N.º) por Local de Trabalho		Médicos por 1000 habitantes (N.º) por Local de Residência	
	2006	2007	2006	2007
Porto Cidade	21,0	22,8	17,6	18,1
Marco de Canaveses	1,3	1,3	0,4	0,4
Baião	1,7	1,7	0,7	0,7
Amarante	3,9	4,0	1,1	1,1
Felgueiras	1,6	1,8	0,5	0,5
Gondomar	1,6	1,6	2,3	2,4
Lousada	1,3	1,5	0,6	0,6
Maia	1,3	1,6	4,6	4,6
Matosinhos	4,8	5,3	6,5	6,8
Paços de Ferreira	0,7	1,0	0,8	0,8
Paredes	1,5	1,7	0,8	0,7
Penafiel	5,2	5,9	0,9	1,0
Póvoa de Varzim	4,4	4,8	3,5	3,5
Santo Tirso	3,4	3,6	1,8	1,9
Trofa	1,3	1,5	1,1	1,3
Valongo	2,2	2,4	2,0	2,0
Vila do Conde	1,5	1,6	2,5	2,7
Vila Nova de Gaia	3,8	4,2	3,7	3,7
Braga (distrito)	-	-	1,9	2,0
Viana do Castelo (distrito)	4,7	4,8	2,3	2,4
Bragança (distrito)	-	-	1,8	1,8
Vila Real (distrito)	-	-	2,4	2,4
Cinfães	1,3	1,5	0,5	0,6
Resende	1,8	1,9	0,6	0,6
Tabuaço	1,4	2,2	0,3	0,3
São João da Pesqueira	1,6	1,8	0,9	0,7
Armamar	1,2	1,1	0,4	0,3
Tarouca	1,8	1,7	0,7	0,8
Penedono	1,5	1,2	0,9	0,9
Lamego (metade)	6,4	6,7	1,8	1,8
Ovar (metade)	2,6	2,8	1,7	1,7

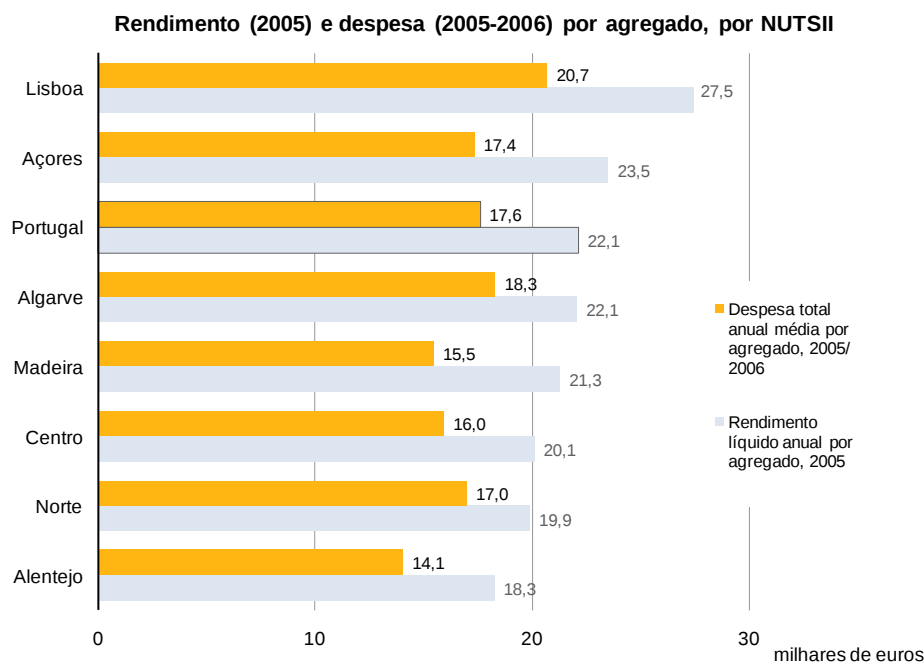
(Fonte: INE)

O concelho do Porto é o que concentra maiores rácios de enfermeiros e médicos por 1000 habitantes, situando-se mais acima de quaisquer outros concelhos ou distritos da área coberta pelo CHP.

*Indicadores de Actividade Económica***PIB *per capita* – a Preços de Mercado**

Não obstante o crescimento do PIB *per capita* na região Norte, este continua a registar valores inferiores ao PIB *per capita* Nacional.

Analisando o gráfico que compara a despesa total anual média (2005-2006) e o rendimento líquido anual (2005) por agregado, verificamos que, com exceção do Alentejo, a região Norte é a que apresenta o valor mais baixo de rendimento, chegando mesmo a ocupar o último lugar da lista quando comparamos a diferença entre as duas variáveis, por região.



Em Portugal, 6,1% da despesa total anual média por agregado corresponde a despesas de Saúde. Na região Norte, esta despesa regista uma percentagem de 5,7%, uma das mais baixas do País.

Despesa total anual média em Saúde (2005/2006)

	(Euros)		
	Total	Saúde	%
Portugal	17.607	1.066	6,1%
Norte	16.992	970	5,7%
Centro	15.958	1.001	6,3%
Lisboa	20.715	1.295	6,3%
Alentejo	14.067	964	6,9%
Algarve	18.319	910	5,0%

Fonte: Anuário Estatístico 2007, INE

2.2- Especialidades/Valências do Centro Hospitalar

O Centro Hospitalar do Porto desenvolve a sua actividade nas variadíssimas valências, repartidas pelas cinco linhas de actividade principal, conforme os quadros seguinte:

Na Unidade Hospital Geral de Santo António

Especialidades/Valências a)	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa	Urgência
Anestesiologia				X	X
Cardiologia	X		X	X	X
Cirurgia Ambulatório		X		X	
Cirurgia Geral	X			X	X
Cirurgia Vascular	X	X	X	X	X
Cuidados Intens. Polivalentes 1	X			X	X
Dermatologia	X	X	X	X	
Diabetes Gravidez				X	
Dor				X	
Endocrinologia	X		X	X	X
- Endocrinologia - Pé Diabético				X	
Epilepsia Gravidez				X	
Estomaterapia				X	
Estomatologia/Cir. Max.-Facial	X	X		X	X d)
Fisiatria	X		X	X	
Gastroenterologia	X		X	X	X e)
Ginecologia	X	X	X	X	X b)
Hematologia			X		
Hematologia Clínica	X			X	X
Imunohemoterapia				X	X
Medicina Familiar e Ocupacional				X	
Medicina Interna	X		X	X	X
Nefrologia	X	X	X	X	X
- D.P.C.A				X	
- Transplantes Renais				X	
Neurocirurgia	X	X		X	X
- T.C.E.	X				
Neurologia	X		X	X	X
Nutrição				X	
Obstetrícia	X			X	X b)
Oftalmologia	X	X		X	X e)
Oncologia Médica			X	X	
O.R.L.	X	X	X	X	X b)+f)
Ortopedia	X	X	X	X	X
Pediatria	X		X	X	X g)
Atendimento Pediátrico Referenciado				X	
Pré-Transplante Renal				X	
Psicologia				X	
Psiquiatria				X	
Sono				X	
Urologia	X	X	X	X	X
UCI Coronários	X				
C. Int. Polival. 3 (pós-cirúrgicos)	X				
UCI Neonatais e Pediátricos	X			X	X
Berçário	X				
Cuidados Intens. Poliv. 2 - UCIP	X			X	X
U. Cuidados Intermédios SU/OBS	X				X
Paramiloidose			X	X	
Cuid. Intensivos 1	X			X	
Consultas de Grupo *				X	

Notas:

a) Especialidades e valências com diferenciação no sistema informático; b) Urgência 24 horas no espaço físico do próprio Serviço; c) Depois das 20h30 - Urgência Gastroenterológica Regional (URGE); d) Prevenção; e) Do dia 1 a 15 de cada mês das 08h30 às 20h30, do dia 16 ao dia 31 de cada mês 24h (Concentração regional de recursos); f) Até às 01h00m no espaço físico do próprio Serviço, depois prevenção; g) Permanência no Serviço de Pediatria, apoio ao Serviço de Urgência, no caso entrada de caso pediátrico que necessite estabilização.

*Referem-se às seguintes consultas de grupo: Raynaud, Educação DM2, Hematologia, Medicina Sexual, ORL, Patologia Mamária, Urologia, desabitação tabágica, linfomas cutâneos, Oncologia grupo não digestivo, Grupo Digestivo, Endocrinologia grupo cancro tiroi

Na Unidade Hospital Maria Pia

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa
Anestesiologia				X
Atendimento Pediátrico Referenciado				X
Cardiologia Pediátrica	X			X
Cirurgia Pediátrica	X	X	X	X
Cirurgia Plástica Pediátrica	X	X		X
Dermatologia Pediátrica	X			X
Endocrinologia Pediátrica	X			X
Estomatologia Pediátrica	X	X		X
Med. Física de Reab. Pediátrica				X
Gastroenterologia Pediátrica ^{a)}	X		X	X
Hematologia Pediátrica	X		X	X
Hepatologia Pediátrica				X
Imunoalergologia Pediátrica	X		X	X
Nefrologia Pediátrica ^{b)}	X		X	X
Neurocirurgia Pediátrica	X			X
Neurologia Pediátrica ^{c)}	X		X	X
Nutrição				X
Oftalmologia Pediátrica	X	X		X
ORL Pediátrica	X	X	X	X
Ortopedia Pediátrica	X	X	X	X
Pediatria Médica	X		X	X
Pedopsiquiatria	X		X	X
Psicologia				X
UCI	X			X
Urologia Pediátrica	X	X		X

a) Hepatologia, Nutrição, Obesidade Mórbida ;

b) Diagnóstico Pré-Natal, Diálise peritoneal; Hemodiálise; Transplante Renal; Espinha bífida;

c) Epilepsia, Cefaleia, Doenças Neuromusculares, Doenças do Movimento;

d) Desenvolvimento; Doenças metabólicas; Doenças Neuromusculares; Pneumologia; Imunologia; Genética; Fibrose Quística;

Na Unidade Maternidade Júlio Dinis

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Cons. Externa	Urgência
Alto Risco			X	
Anestesiologia			X	
Diagnóstico Pré-Natal			X	
Espaço Jovem			X	
Ginecologia	X	X	X	X
Imunohemoterapia			X	
Mama			X	
Centro de Procriação Medicamente Assistida			X	
Neonatologia - Cuidados Normais (Berçário)	X		X	
Neonatologia - Fototerapia	X		X	
Neonatologia - UCI	X		X	
Obstetrícia	X		X	X
Patologia Colo		X	X	
Neonatologia			X	X
Planeamento Familiar			X	
Psicologia			X	
Uro-Ginecologia		X	X	

2.3 - Descrição das Principais Unidades Hospitalares na área de referência

	Empresarializados	Não Empresarializados	Hospitais Privados
CENTRO HOSPITALAR DO PORTO  Unidades Hospital Geral de Stº António Hospital Maria Pia Maternidade Júlio Dinis	Hospital São João IPO Norte Hospital Pedro Hispano Hospital de Famalicão CH de Vila Real e Peso da Régua Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE CH de Vila Nova Gaia	Hospital Magalhães Lemos Hospital Joaquim Urbano	Hospital da Prelada Hospital da Arrábida Hospital Stº Maria Hospital dos Clérigos Hospital da Boavista Hospital do Carmo Hospital da Ordem da Trindade Hospital do Terço Hospital da Lapa

2.4 - Caracterização dos recursos humanos

O quadro seguinte retrata o total de efectivos do CHP em 31'Dez'2008, no que respeita ao grupo profissional e ao tipo de vínculo. Apresenta ainda, a evolução destes duas dimensões face a igual data do ano anterior.

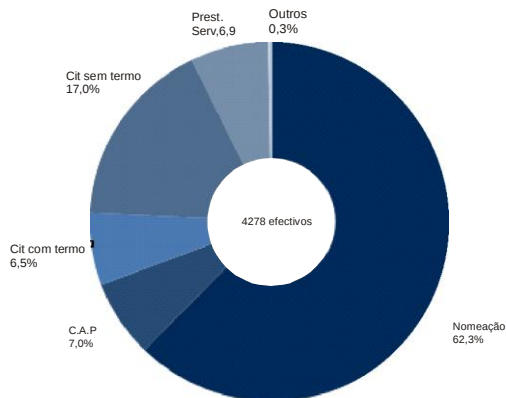
	Nomeação	C.A.P.	CIT c/ Termo	CIT s/ Termo	Prest. Serv.	Req./ Destac	Outros	Total 2008	Total 2007	Var. 08/07
Dirigente	10	0	0	8	0	1	3	22	23	-4%
Médico	450	279	7	125	96	0	2	959	961	0%
Téc. Superior Saúde	34	3	0	16	1	0	0	54	54	0%
Técnico Superior	30	0	9	17	4	0	0	60	54	11%
Informática	6	0	5	5	1	0	0	17	16	6%
Enfermagem	814	16	97	315	176	0	0	1418	1345	5%
Téc. Diagn. e Terap.	197	0	16	45	18	0	6	282	275	3%
Técnico-profissional	8	0	1	1	0	0	0	10	10	0%
Administrativo	274	0	37	117	1	0	0	429	413	4%
Serviços Gerais	767	0	102	75	0	0	0	944	935	1%
Operário e Auxiliar	67	0	4	4	0	0	0	75	78	-4%
Outros	8	0	0	0	0	0	0	8	9	-11%
Total	2.665	298	278	728	297	1	11	4.278	4.173	3%
Ano 2007	2.772	332	305	539	211	1	13			
Var. 08/07	-4%	-10%	-9%	35%	41%	0%	-15%			

Em Outros inclui-se o Pessoal Docente e o Religioso.

Globalmente, houve um aumento de 3% no total de efectivos no espaço de 1 ano. Em termos relativos, a classe que mais aumentou foi a do pessoal técnico superior (11%). No entanto, em termos absolutos foi o pessoal de Enfermagem (+73 efectivos) e o pessoal Administrativo (+16 efectivos) que mais contribuíram para o acréscimo do pessoal ao serviço da instituição.

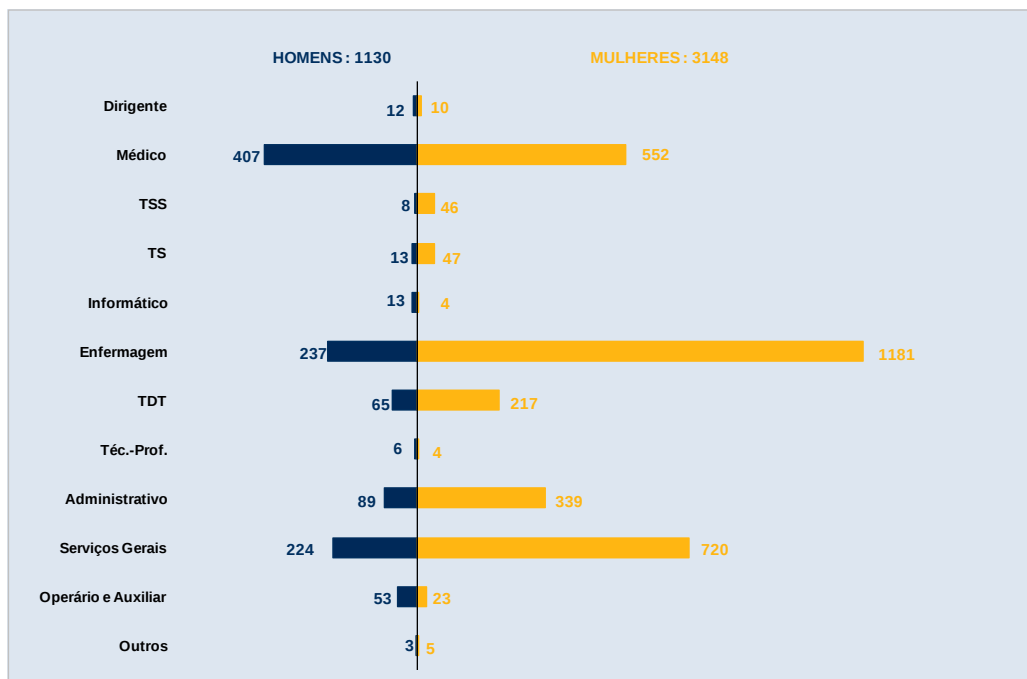
Houve algumas diminuições, nomeadamente nos Operários e Auxiliares e no pessoal Dirigente, mas em termos absolutos pouco significativas.

Sensivelmente 78% dos efectivos estão directamente ligados às actividades *core* do CHP – Enfermagem (33%), Médicos (22%) e Serviços Gerais (22%).



O vínculo por Nomeação Definitiva abarca quase 2/3 do total de funcionários. Por seu turno, o CIT seja com ou sem Termo, representa quase 1/4 do total. Subsiste ainda o CAP (sobretudo no pessoal Médico) e a Prestação de Serviços (sobretudo no pessoal de Enfermagem), ambos com aproximadamente 7% do total.

Olhando agora para a evolução dos vínculos de 2007 para 2008, podemos observar um aumento expressivo do CIT sem termo (+35%), ao passo que o CAP, a Nomeação e CIT com termo diminuíram também significativamente (4%, 10% e 9%, respectivamente).



À excepção da classe dirigente, não há paridade entre sexos. O sexo feminino representa cerca de 73,6% do total de funcionários, com especial expressão na classe de Enfermagem e de Serviços Gerais. Nestas duas classes, o peso do sexo feminino chega a ultrapassar os 80%. Já nas classes de pessoal Informático e dos Operários e Auxiliares predomina o sexo masculino.

2.5- Instalações Físicas do CHP

O Hospital Geral de Santo António é constituído por vários edifícios. Das suas instalações fazem parte:

O Edifício Neoclássico construído no séc. XVIII segundo o projecto do arquitecto Inglês John Carr e considerado monumento Nacional;

O Edifício Dr. Luís de Carvalho inaugurado em 1997, ligado ao edifício Neoclássico por uma galeria de dois pisos;

Edifícios das Consultas Externas, o pavilhão laboratorial, e o centro de estudos de Imunodepuração, localizado nas instalações do Ex- CICAP;

Consulta Externa de Oftalmologia nas instalações do Centro Saúde de São João – Rua Miguel Bombarda (após protocolo com a ARS em 1999)

As instalações do Hospital Maria Pia consistem num emblemático edifício dos princípios do séc. XX já algo degradado e perigoso.

A Maternidade Júlio Dinis foi concebida e planeada, desde a sua origem, para funcionar como uma maternidade, função que manteve, ininterruptamente, desde a sua inauguração (Setembro de 1939), até aos dias de hoje. O edifício principal é constituído por dois sub-solos, um rés-do-chão, e dois andares superiores, apresentando, ainda, um grande pátio interior, actualmente ocupado. O actual pavilhão da Consulta Externa, foi roubado aos jardins que a Maternidade de Júlio Dinis possuía na sua entrada sul.

De seguida, apresentam-se os recursos físicos afectos ao CHP.

	HGSA	HMP	HML	MJD	CHP
Camas de Internamento *	611	64	10	131	816
Salas de Bloco Operatório	20	3		4	27
Salas no Bloco de Partos				7	7
Camas de Hospital Dia	6	4		5	15
Cadeiras de Tratamento Ambulatório	12	2			14
Gabinetes de Consulta Externa	105	34	13	21	173

* Lotação em 31-12-2008 (Inclui 20 Berços no HGSA e 36 na MJD);

Equipamentos

Para desenvolvimento da actividade assistencial complementar as três unidades contam com diversos equipamentos técnicos, dos quais se destacam:

	HGSA	HMP	MJD	CHP
Imagem				
Angiografia Digital	2			2
Ecografo color doppler	14		7	21
Ecografo	5	1	1	7
Mamografo	1			1
Mesa Polivalente arco em C digital				0
Mesa Telecomandada com Imagem Digital	1	1		2
Radiologia Convencional*	6	2		8
Ressonância Magnética	1			1
Tomografia Axial Computadorizada	2			2
Medicina Nuclear				
Camara Gama	2			2
Litotricia				
Litotricia extracorporal	1			1
Hemodiálise				
Postos de Hemodiálise	14	3		17

* Não inclui equipamento portátil

2.6- Missão /Valores/Atribuições

MISSÃO

O CHP tem por missão, a prestação de cuidados de saúde humanizados, competitivos e de referência, promovendo a sua articulação com os outros parceiros do sistema; a valorização do ensino pré e pós graduado e da formação profissional; a dinamização e incentivo à investigação e desenvolvimento científico na área da saúde.

VALORES

Na sua actividade, o CHP e as pessoas que constituem a sua equipa de trabalho orientam-se pelos seguintes valores:

- ✓ Orgulho e sentimento de pertença;
- ✓ Qualidade, assegurando os melhores níveis de resultados e de serviço;
- ✓ Respeito pelo utente e pelos seus direitos, através do reconhecimento do carácter único de cada pessoa que procura os seus serviços.

Os princípios estruturais e duradouros que guiam o comportamento e a actuação do Centro Hospitalar são:

- ✓ Atitude centrada no doente e na promoção da saúde na comunidade;
- ✓ Cultura do trabalho em equipa e do bom relacionamento no trabalho;
- ✓ Diferenciação técnica e valorização, profissional e pessoal.

ATRIBUIÇÕES

O CHP tem por objectivo principal a prestação de cuidados de saúde à população.

O CHP, complementarmente desenvolverá actividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respectiva capacidade formativa, podendo ser objecto de contratos-programa em que se definam as respectivas formas de financiamento.

3 - ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração



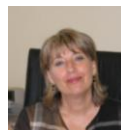
Presidente

Dr. Fernando Sollari Allegro

Vogal

Dra. Élia da Costa Gomes

(Em funções até 21 de Julho de 2008)



Vogal

Dr. Carlos Alberto Silva

Vogal

Dr. Alberto Peixoto



Vogal

Dr. Luis Carlos Delgado

(Iniciou funções em 01 de Setembro de 2008)

Director Clínico

Prof. Doutor Martins da Silva



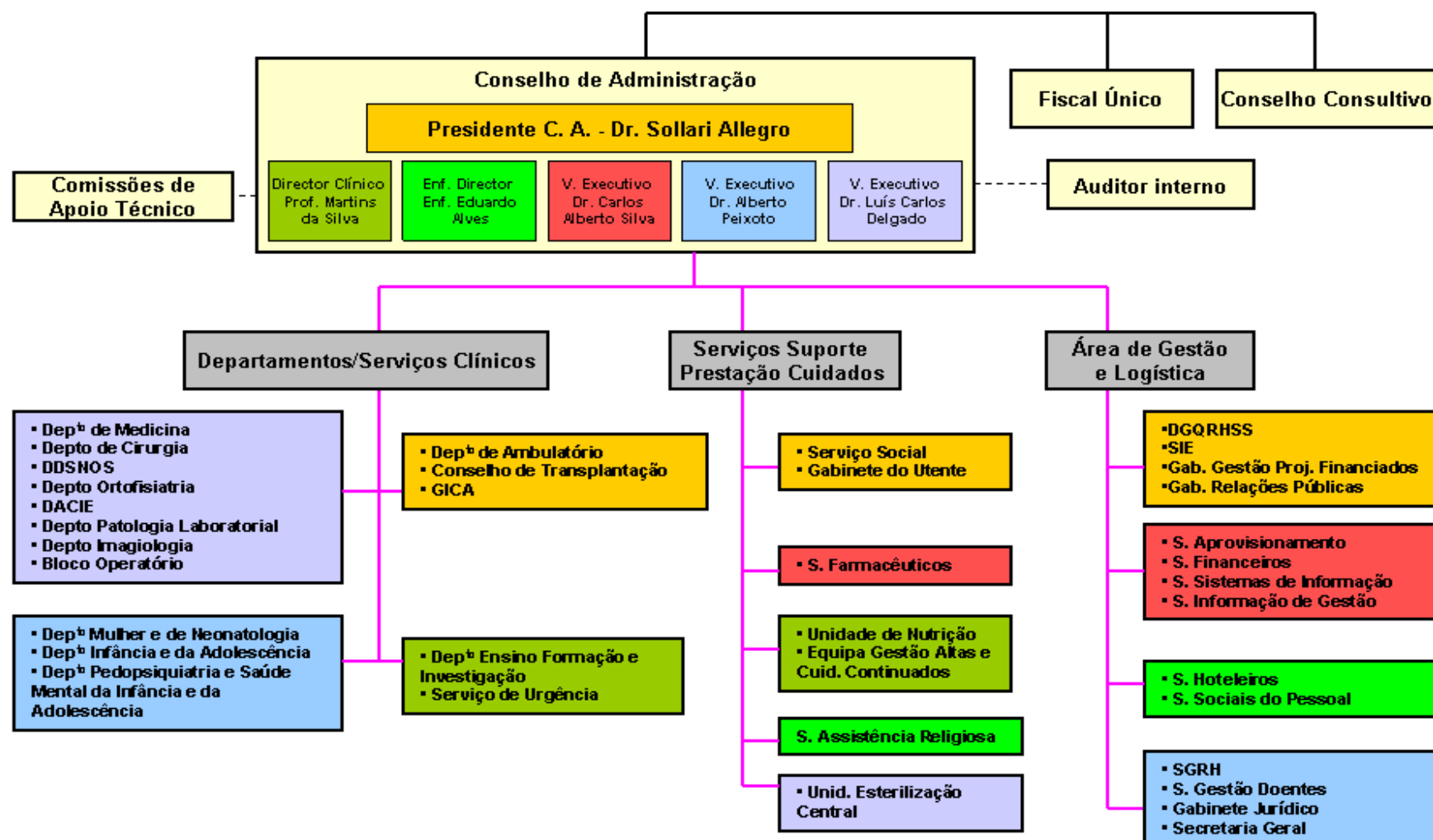
Enfermeiro-Director

Enf. Eduardo Alves

Fiscal Único

Assunção, Sá e Cambão, SROC, Lda, representada por Dr. Amadeu Cambão

4 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



5- ACTIVIDADE GLOBAL EM 2008

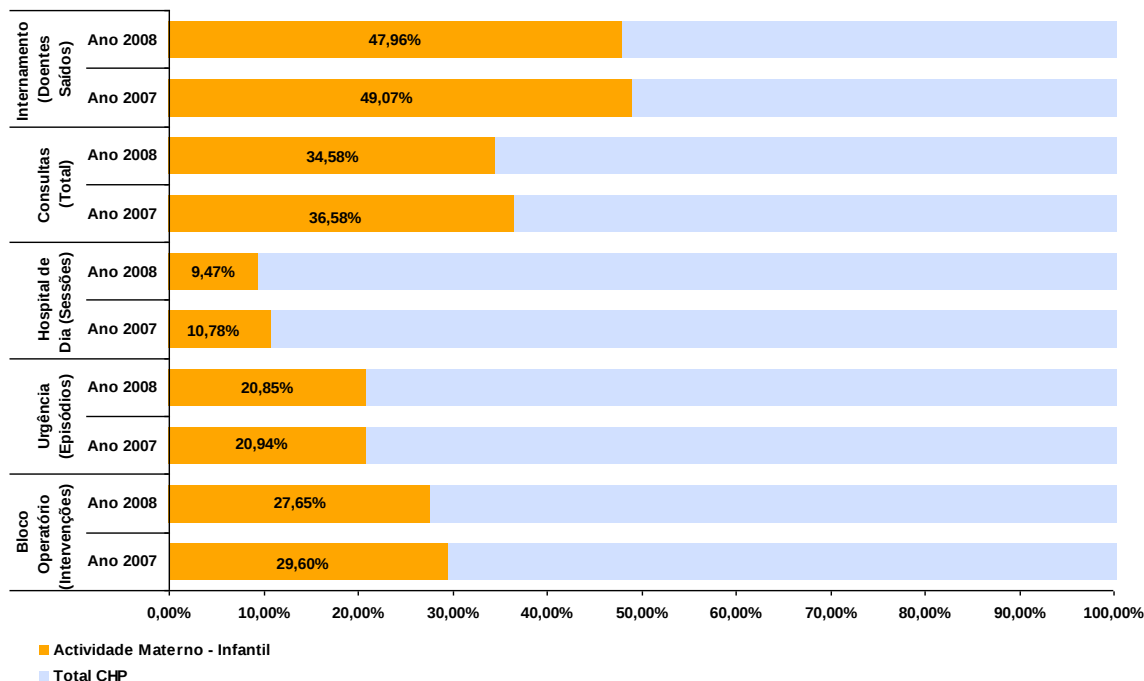
5.1 - Síntese da produção

Atendendo à Constituição do Centro Hospitalar, em 01 de Outubro de 2007, não é possível a obtenção de dados homólogos enquanto Centro Hospitalar. Deste modo, os dados anuais de 2007 resultam da soma dos valores da actividade até 30 de Setembro de cada instituição com o quarto trimestre enquanto Centro Hospitalar.



Relativamente à área assistencial, há a salientar em 2008 a redução de actividade no Internamento e na Urgência. As linhas de produção da Consulta, Hospital Dia e Cirurgia Ambulatório registaram crescimentos, sendo que foi nesta última que assistimos a um crescimento bastante expressivo, face a 2007, e à larga superação dos valores contratualizados.

Peso da Actividade Materno - Infantil na Actividade do CHP



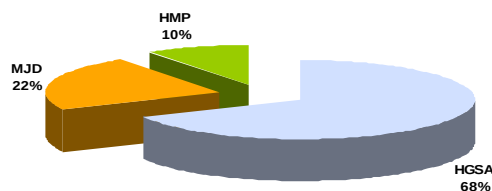
O gráfico ilustra o peso da actividade materno infantil no total do CHP para cada uma das linhas de Actividade.

5.2 - Internamento

	CHP	CHP			CHP	
	2007 (Out a Dez)	Ano 2007	Ano 2008	08/07 (%)	Contr. 2008	Tx. de Realização 2008
Lotação Média*	864	862	820	-4,9%	864	-
Doente Saídos	9.233	36.502	35.116	-3,8%	37.682	93,2%
Dias de Internamento Saídos	58.687	228.564	224.106	-2,0%	-	-
Dias de Internamento	57.606	228.700	225.007	-1,6%	232.598	96,7%
Doentes Equivalentes	8.500	33.668	32.080	-4,7%	-	-
SNS	7.712	30.477	29.084	-4,6%	31.567	92,1%
Não SNS	788	3.191	2.996	-6,1%	-	-
Doentes Internados	9.070	36.454	35.174	-3,5%	-	-
Programados	5.116	20.216	19.560	-3,2%	-	-
Urgência	3.954	16.238	15.614	-3,8%	-	-
DMédia	6,36	6,26	6,38	1,9%	-	-
DMédia sem Bercário	6,76	6,65	6,91	3,8%	-	-
Tx Ocup.	72,46%	72,69%	74,98%	3,2%	73,55%	101,9%
DS/cama	10,69	42,35	42,83	1,1%	43,61	98,2%
Existência Média Diária	626	627	615	-1,9%	636	96,7%

* Inclui 20 berços no HGSA e 44 na MJD Ano 2007

* Inclui 20 berços no HGSA e 35 na MJD Ano 2008



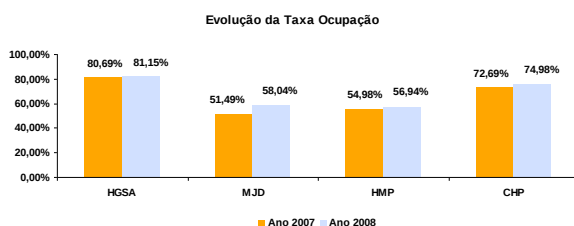
No decurso do ano 2008, foram atendidos no internamento 35.116 doentes. Saliente-se que 68% desses doentes foram atendidos no espaço físico do Santo António, 22% na

Maternidade Júlio Dinis e 10% no edifício Maria Pia e Magalhães Lemos.

A actividade global de internamento apresentou uma quebra de 1.386 Doentes Saídos face aos valores de 2007. Esta quebra é tanto mais significativa se compararmos com os valores contratualizados, onde os níveis de execução se ficaram pelos 93,2%.

A existência média diária no internamento, em 2008, diminuiu 12 doentes.

Relativamente aos doentes equivalentes, registou-se uma perda de 1.588 (-4,7%) face a 2007. O decréscimo dos valores do SNS (referência do Contrato programa) foi de 1.393 face a 2007 e de 2.483 face aos valores contratualizados.



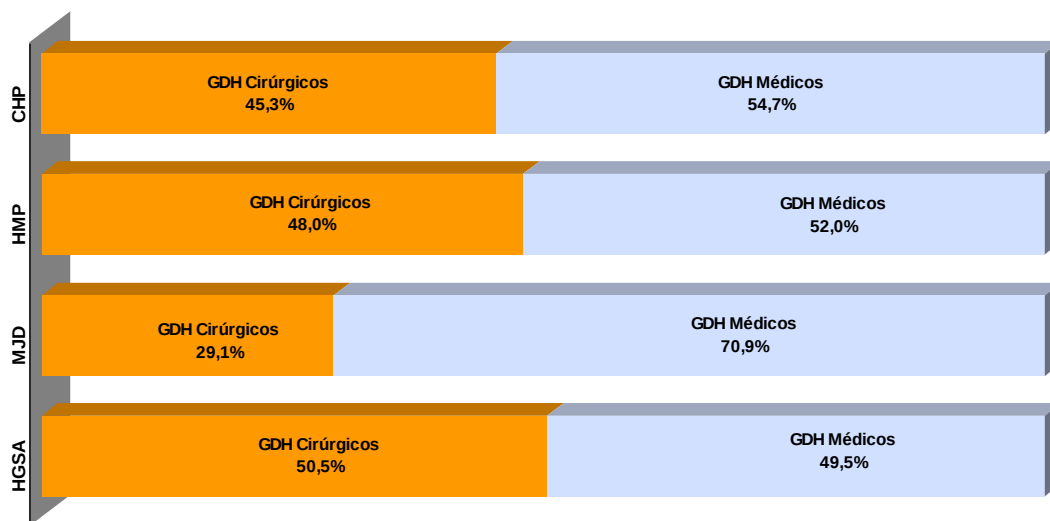
A redução verificada no número de Doentes Saídos, acompanhada pela diminuição menos que proporcional nos dias de internamento, traduziu-se num ligeiro aumento da demora média em 0,12 dias. A

redução da lotação média em 42 camas implicou uma taxa de ocupação mais elevada e uma rotatividade de doentes/cama ligeiramente superior (1,1%)

A oscilação negativa da produção de internamento veio a verificar-se mais ou menos idêntica tanto na admissão programada (via consulta) como na urgente. Saliente-se, no entanto, que a admissão de doentes ao internamento em 56% dos casos foi efectuada via consulta.

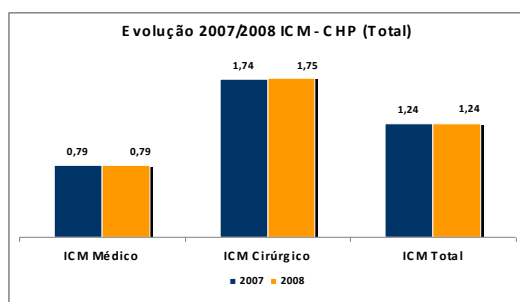
GDH's Médicos e GDH's Cirúrgicos

% GDH's Médicos e Cirúrgicos - 2008



A análise da proporção dos GDH's no Internamento, permite-nos concluir que a actividade Médica no CHP supera em 4,7% a actividade cirúrgica. Esta proporção é fortemente influenciada pela actividade obstétrica, maioritariamente realizada no espaço físico da Maternidade Júlio Dinis, onde o peso da actividade cirúrgica é de apenas 29,1%.

No Santo António, e pela diversidade de valências que possui, há um certo equilíbrio entre a actividade médica e cirúrgica. Já na unidade Maria Pia, o contributo da actividade médica é ligeiramente superior ao da cirúrgica.



A oscilação do índice de complexidade no Internamento foi pouco significativa. O ICM médico manteve-se estável, enquanto que o cirúrgico cresce ligeiramente em resultado da transição de alguma actividade menos complexa para ambulatorio.

Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Internamento mais Frequentes respectiva Demora Média

Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (08/07)	Peso Relativo	Demora Média		Var (08/07)
		2007	2008			2007	2008	
Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em bloco operatório, com diagnóstico de recém-nascido normal	M	3.830	3.823	-0,2%	10,8%	2,8	2,8	-0,7%
Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	M	1.696	1.692	-0,2%	4,8%	2,6	2,7	0,8%
Cesariana, sem CC	C	1.361	1.189	-12,6%	3,4%	4,0	3,9	-4,4%
Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	M	941	889	-5,5%	2,5%	3,1	3,4	7,6%
Procedimentos no útero e seus anexos, por carcinoma in situ e doença não maligna, sem CC	C	732	691	-5,6%	2,0%	4,1	4,1	0,0%
Procedimentos na retina	C	508	612	20,5%	1,7%	1,3	1,5	14,9%
Continuação de cuidados, sem história de doença maligna como diagnóstico adicional	M	340	590	73,5%	1,7%	3,7	3,1	-17,8%
Amigdalectomia e/ou adenoidectomia, idade < 18 anos	C	817	529	-35,3%	1,5%	1,1	1,2	5,4%
Procedimentos reconstrutivos do aparelho reprodutor feminino	C	331	421	27,2%	1,2%	2,7	2,6	-2,0%
Cesariana, com CC	C	281	401	42,7%	1,1%	5,5	5,3	-4,5%
Sub-Total		10.837	10.837	0,0%	30,7%	2,9	3,0	3,4%
Total		36.896	35.316	-4,3%	100,0%	6,3	6,4	1,6%
Sub-Total (%)		29,4%	30,7%	4,5%		46,0%	46,9%	1,8%

Mais de 30% da actividade de internamento do CHP, está representada nos 10 GDH's mais frequentes. É notória a influência da área Obstétrica e Ginecológica, não só pelo peso que representa no total do CHP como também por lidar com patologias menos diversificadas, concentrando assim mais actividade nos mesmos GDH's.

A demora média total destes GDH's apresenta um crescimento superior à demora média global, o que vem demonstrar o contributo de alguns deste GDH's para o aumento deste indicador – este contributo é visível fundamentalmente nos GDH's 372, 36 e 60. Ainda assim, saliente-se que a Demora Média global foi atenuada pelo decréscimo verificado principalmente nos GDH's 371, 466, 356 e 370.

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Cirurgicos de Internamento mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (08/07)	Peso Relativo
			2007	2008		
371	Cesariana, sem CC	C	1.361	1.189	-12,6%	7,4%
359	Procedimentos no útero e seus anexos, por carcinoma in situ e doença não maligna, sem CC	C	732	691	-5,6%	4,3%
36	Procedimentos na retina	C	508	612	20,5%	3,8%
60	Amigdalectomia e/ou adenoidectomia, idade < 18 anos	C	817	529	-35,3%	3,3%
356	Procedimentos reconstrutivos do aparelho reprodutor feminino	C	331	421	27,2%	2,6%
370	Cesariana, com CC	C	281	401	42,7%	2,5%
55	Procedimentos diversos no ouvido, nariz, boca e garganta	C	392	400	2,0%	2,5%
381	Aborto, com dilatação e curetagem, curetagem de aspiração ou histerectomia	C	359	353	-1,7%	2,2%
42	Procedimentos intra-oculares, excepto na retina, íris e cristalino	C	278	295	6,1%	1,8%
2	Craniotomia, idade >17 anos, sem CC	C	209	259	23,9%	1,6%
10	Sub-Total		5.268	5.150	-2,2%	32,2%
275	Total		16701	15992	-4,2%	100,0%
3,6%	Sub-Total (%)		31,5%	32,2%	2,1%	

Relativamente ao movimento cirúrgico de internamento por GDH, temos como 1º GDH a cesariana sem cc, com uma quebra de 12,6% face a 2007. Esta redução é eventualmente consequência de algum esforço na redução da taxa de cesarianas, ao mesmo tempo que se veio a verificar um aumento do GDH 370 cesariana com complicações (+42%).

Não obstante a transição da actividade de Oftalmologia para ambulatório, o seu peso no Internamento é ainda bem visível através do GDH 36 (procedimentos na retina) e no GDH 42 (procedimentos intra-oculares, excepto retina íris e cristalino), com aumentos de 20,5% e 6,1%, respectivamente.

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Médicos de Internamento mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (08/07)	Peso Relativo
			2007	2008		
629	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em bloco operatório, com diagnóstico de recém-nascido normal	M	3.830	3.823	-0,2%	19,8%
373	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	M	1.696	1.692	-0,2%	8,8%
372	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	M	941	889	-5,5%	4,6%
466	Continuação de cuidados, sem história de doença maligna como diagnóstico adicional	M	340	590	73,5%	3,1%
541	Perturbações respiratórias, excepto infecções, bronquite ou asma, com CC major	M	360	337	-6,4%	1,7%
467	Outros factores com influência no estado de saúde	M	505	299	-40,8%	1,5%
127	Insuficiência cardíaca e choque	M	345	293	-15,1%	1,5%
584	Septicémia, com CC major	M	235	283	20,4%	1,5%
380	Aborto, sem dilatação e curetagem	M	265	262	-1,1%	1,4%
544	Insuficiência cardíaca congestiva e arritmia cardíaca, com CC major	M	236	229	-3,0%	1,2%
10	Sub-Total		8.753	8.697	-0,6%	45,0%
325	Total		20.194	19.323	-4,3%	100,0%
3,1%	Sub-Total (%)		43,3%	45,0%	3,8%	

Os 10 GDH's médicos mais frequentes representam 45% do total da actividade médica. Os mais representativos são resultantes da codificação dos recém nascidos e partos vaginais.

Realce-se também o peso do GDH 466 em parte resultante da transferência de casos pediátricos atendidos pelas equipas do CHP no Hospital São João para continuidade de cuidados no internamento de Pediatria do Maria Pia.

De salientar ainda o peso dos GDH's relativos às doenças e perturbações do aparelho respiratório (GDH's 127 e 544).

Intervenções Cirúrgicas e Doentes Operados

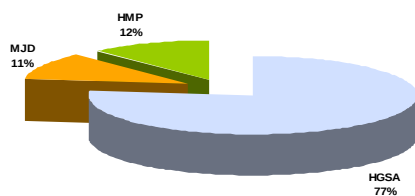
	CHP	CHP			CHP	
	2007 (Out a Dez)	Ano 2007	Ano 2008	08/07 (%)	Contr. 2008	Tx. de Realização 2008
C. Convencional (Base + Adicional)						
Intervenções	3.857	16.050	15.414	-4,0%	17.256	89,3%
Doentes	2.888	11.719	11.331	-3,3%	-	-
C. Ambulatório (Base + Adicional)						
Intervenções	3.373	12.587	15.889	26,2%	14.533	109,3%
Doentes	2.537	9.391	11.419	21,6%	-	-
Urgente						
Intervenções	1.712	7.022	6.925	-1,4%	6.161	112,4%
Doentes	1.552	6.274	6.185	-1,4%	-	-
Total		Total				
Intervenções	8.942	35.659	38.228	7,2%	37.950	100,7%
Doentes	6.977	27.384	28.935	5,7%	-	-

A actividade cirúrgica, conjugada da actividade convencional e ambulatória, registou crescimentos, face a 2007, de 5,7% no número de Doentes Operados e de 7,2% no número de intervenções/procedimentos cirúrgicos.

A actividade convencional programada, visível também pela já referida quebra no número de GDH's cirúrgicos de internamento, apresentou um decréscimo de 388 doentes operados. Saliente-se, no entanto, que a redução verificada no número de doentes operados em regime de internamento foi largamente compensada pelo aumento do ambulatório.

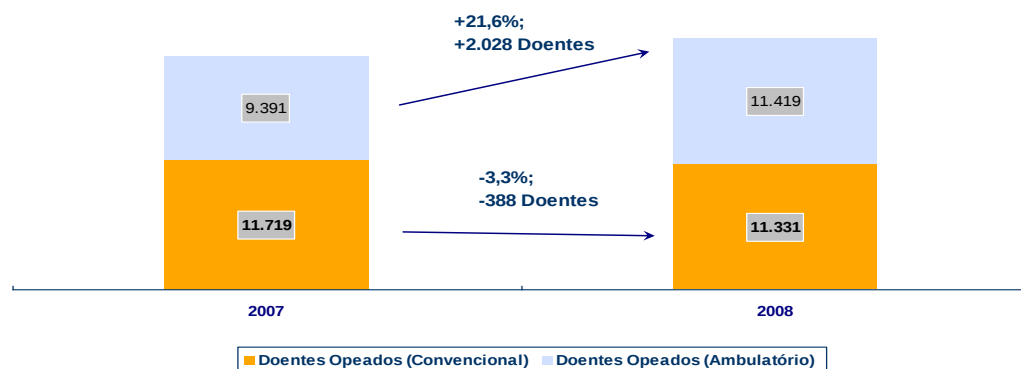
A actividade urgente apresentou um decréscimo de 1,4% (menos 89 doentes).

A taxa de execução global para o número de intervenções ou procedimentos cirúrgicos situou-se nos 100,7%, sendo a execução no ambulatório de 109,3%, no regime convencional programado de 89,3% e no urgente de 112,4%

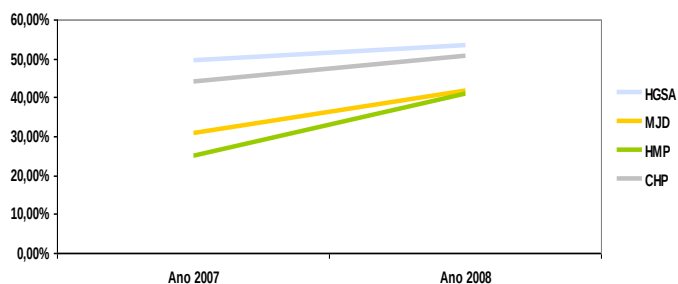


Esta actividade cirúrgica foi maioritariamente realizada na unidade Santo António (77%). A restante foi desenvolvida nos blocos das unidades Maria Pia (12%) e da Maternidade Júlio Dinis.

Actividade Cirúrgica Programada (Doentes Operados) ano 07/08



Taxa Cirurgia Ambulatório



Em síntese, no regime programado (convencional e ambulatório) foram operados na Instituição 22.750 doentes, mais 1.640 doentes que em 2007. Este aumento foi conseguido graças à cirurgia do ambulatório (+21%).

Esta modalidade cirúrgica assume uma posição de destaque no CHP com forte adesão quer do Maria Pia quer da Maternidade Júlio Dinis, atingindo este ano 50% de toda a actividade cirúrgica programada.

Doentes Operados – Cirurgia de Ambulatório

	CHP	CHP			CHP	
	2007 (Out a Dez)	Ano 2007	Ano 2008	08/07 (%)	Contr. 2008	Tx. de Realização 2008
Doentes Operados Ambulatório	2.537	9.391	11.419	21,6%	10.549	108,2%
SNS	2.318	8.530	10.439	22,4%	9.474	110,2%
Não SNS	219	861	980	13,8%	1.075	91,2%

Foram operados em ambulatório 11.419 Doentes dos quais 1.620 em programas adicionais, ou seja 14% de toda a actividade cirúrgica de ambulatório.

Esta actividade apresentou um nível de execução de 108,2% nos Doentes Operados, sendo que a actividade SNS superou os valores previstos em mais de 10% e a actividade “Não SNS” ficou aquém do estimado em 8,8%.

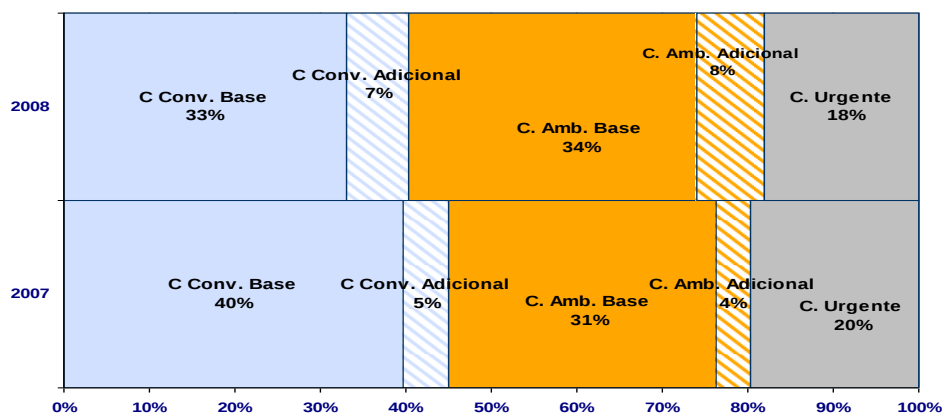
GDH's do Ambulatório

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Cirúrgicos de Ambulatório mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (08/07)	Peso Relativo
			2007	2008		
39	Procedimentos no cristalino, com ou sem vitrectomia	C	1.455	2.085	43,3%	18,4%
270	Outras intervenções na pele, no tecido subcutâneo e na mama, sem CC	C	1.801	1.995	10,8%	17,6%
119	Laqueação venosa e flebo-extracção	C	768	814	6,0%	7,2%
169	Procedimentos na boca, sem CC	C	623	681	9,3%	6,0%
40	Procedimentos extra-oculares, excepto na órbita, idade > 17 anos	C	412	449	9,0%	4,0%
360	Procedimentos na vagina, colo do útero e vulva	C	207	447	115,9%	4,0%
266	Enxerto cutâneo e/ou desbridamento, excepto por úlcera da pele ou fleimão, sem CC	C	251	326	29,9%	2,9%
162	Procedimentos para hérnia inguinal e femoral, idade >17 anos, sem CC	C	257	302	17,5%	2,7%
60	Amigdalectomia e/ou adenoidectomia, idade < 18 anos	C	49	282	475,5%	2,5%
163	Procedimentos para hérnia, idade < 18 anos	C	111	238	114,4%	2,1%
10	Sub-Total		5.934	7.619	28,4%	67,4%
121	Total		9.296	11.305	21,6%	100,0%
8,3%	Sub-Total (%)		63,8%	67,4%	5,6%	

O top dos dez GDH's mais frequentes de ambulatório representa 67,4% de toda a actividade cirúrgica de ambulatório, sendo que todos eles apresentam crescimentos bastante expressivos. Saliente-se o GDH 39, que representa já 18,4% de toda a actividade do ambulatório cirúrgico, com crescimentos de 43,3% (+630 doentes).

Tipo de Cirurgias no Total de Cirurgias



De acordo com as proporções expressas no gráfico podemos concluir o seguinte:

Como já anteriormente referido, a actividade de ambulatório ganha cada vez mais terreno à actividade convencional. No entanto, o recurso à actividade adicional, tanto convencional com ambulatória, foi também significativamente superior em 2008.

Ao passo que actividade programada cresce, o peso da actividade cirúrgica urgente diminui passando de 20% em 2007 para a 18% em 2008.

Partos

	CHP	CHP			CHP	
	2007 (Out a Dez)	Ano 2007	Ano 2008	08/07 (%)	Contr. 2008	Tx. de Realização 2008
Distócitos	586	2.275	2.352	3,4%	2.114	111,3%
Cesarianas	457	1.782	1.742	-2,2%	1.708	102,0%
Outros	129	493	610	23,7%	406	150,2%
Eutócitos	542	2.205	2.040	-7,5%	2.240	91,1%
Total de Partos	1.128	4.480	4.392	-2,0%	4.354	100,9%
Partos / Dia	4,1	12,3	12,0	-2,2%	11,9	100,9%
% Cesarianas	40,5%	39,8%	39,7%	-0,3%	39,2%	101,1%
% Nados Mortos	0,40%	0,40%	0,40%	0,0%	-	-

Esta actividade, ainda dispersa pelas unidades Santo António e Maternidade Júlio Dinis, apresentou um decréscimo de 2%. Contudo, o número de partos assumido no Plano de Desempenho foi cumprido.

Esta diminuição foi igualmente sentida no número de cesarianas. No entanto, a % de cesarianas no total de partos manteve-se praticamente inalterada e o objectivo de 39,2% cumprido.

O número médio de partos/dia manteve-se nos 12, bem como o número de nados mortos se situou igualmente em 0,4%.

Transplantes

	2007 (Out a Dez)	2007	2008	08/07 (%)	Contr. 2008	Tx. de Realização 2008
Hepáticos	15	79	79	0,0%	65	121,5%
Renais*	22	95	100	5,3%	90	111,1%
Reno-Pancreáticos	1	18	14	-22,2%	15	93,3%
Córnea	32	111	142	27,9%	120	118,3%

* inclui reno-pancreáticos

A actividade de transplantação vem mais uma vez demonstrar um ritmo crescente com um total de 335 transplantes realizados (+33 que em 2007).

Em 2008 o Hospital Santo António contava com uma realização de 79 transplantes hepáticos, igualando o número de 2007, 142 de córnea e 100 transplantes renais dos quais 14 foram reno-pancreáticos.

Com excepção do transplante reno-pancreático, cujo desvio é de apenas 1 transplante, foram largamente superados os valores contratualizados.



Em 2008, os transplantes hepáticos e renais absorveram no seu conjunto 54% da actividade de transplantação. Os transplantes de córneas representam 42% e os transplantes reno-pancreáticos 4%.

5.3- Consulta Externa

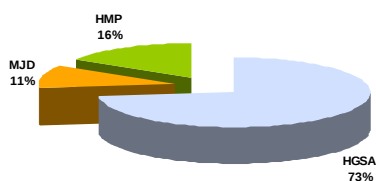
	CHP	CHP			CHP	
	2007 (Out a Dez)	Ano 2007	Ano 2008	08/07 (%)	Contr. 2008	Tx. de Realização 2008
1 ^{as}	29.313	116.890	129.246	10,6%	128.956	100,2%
Subsequentes	106.189	420.544	419.253	-0,3%	448.092	93,6%
Total Consultas	135.502	537.434	548.499	2,1%	577.048	95,1%
SNS	121.497	481.958	492.316	2,1%	-	-
Não SNS	14.005	55.476	56.183	1,3%	-	-
Consultas Médicas	132.641	526.603	537.160	2,0%	565.356	95,0%
SNS	118.927	472.256	482.015	2,1%	503.190	95,8%
Não SNS	13.714	54.347	55.145	1,5%	62.166	88,7%
Consultas Não Médicas	2.861	10.831	11.339	4,7%	11.692	97,0%
% 1 ^{as} Consultas (médicas)	21,5%	21,6%	23,4%	7,9%	22,2%	105,5%
% 1 ^{as} Consultas (Totais)	21,6%	21,7%	23,6%	8,3%	22,3%	105,4%
2 ^{as} /1 ^{as}	3,6	3,6	3,2	-9,8%	3,5	93,4%
Consultas/Dia útil	2.221	2.158	2.185	1,2%	2.299	95,1%

Foram realizadas 537.160 consultas médicas, mais 10.557 consultas que em 2007. Não obstante o crescimento face ao ano anterior, esta linha de actividade ficou bastante abaixo dos valores que haviam sido previstos (95% taxa de realização). O número de primeiras consultas, que cresceu face ao ano anterior 10,6%, atingiu os valores previstos.

Tal crescimento obtido nas 1^{as} consultas, indiciador de bons níveis de acessibilidade, deu lugar a uma taxa de primeiras consultas médicas de 23,4% superior ao valor de 22,2%, que havia sido previsto. Por cada primeira consulta foram realizadas mais de três consultas subsequentes.

As consultas médicas a utentes do SNS, apresentaram uma taxa de execução de 95,8%, totalizando menos 21.175 consultas que o previsto em Contrato Programa.

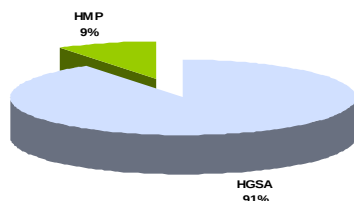
Em média foram realizadas 2.185 consultas por dia útil, mais 27 que no ano anterior.



A actividade da consulta reparte-se por 73% no espaço físico do Santo António e respectivos apêndices, 16% no Maria Pia e Magalhães Lemos e 11% na Maternidade Júlio Dinis.

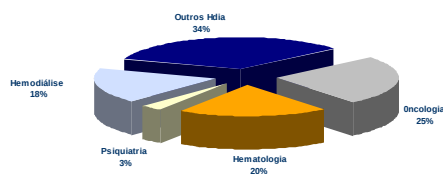
5.4 - Hospital Dia

	CHP	CHP			CHP	
	2007 (Out a Dez)	Ano 2007	Ano 2008	08/07 (%)	Contr. 2008	Tx. de Realização 2008
Sessões	7.429	28.602	29.532	3,3%	29.097	101,5%
SNS	5.208	20.756	24.987	20,4%	-	-
Não SNS	2.221	7.846	4.545	-42,1%	-	-
Doentes	1.919	5.147	5.495	6,8%	5.428	-
Sessões/Doentes	3,87	5,56	5,37	-3,3%	5,36	-
Sessões/Dia útil	122	114	118	2,8%	116	101,5%



A actividade do hospital dia no CHP foi maioritariamente realizada no Santo António (91%). A restante (9%) foi realizada no Maria Pia e Magalhães Lemos.

O Hospital Dia concluiu 2008 com mais 348 sessões de Hospital Dia que em 2007, muito embora o número de sessões por doente tenha diminuído ligeiramente.



Do total de sessões de hospital dia, 25% respeitam a sessões de Oncologia, 18% a sessões de Hemodiálise e 20% a sessões de Hematologia. Os restantes hospitais dia absorvem 34% e as sessões de pedopsiquiatria representam 3%.

5.5- Urgência

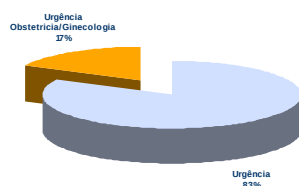
	CHP	CHP			CHP	
	2007 (Out a Dez)	Ano 2007	Ano 2008	08/07 (%)	Contr. 2008	Tx. de Realização 2008
Episódios de Urgência	38.574	154.944	152.293	-1,7%	158.502	96,1%
SNS	33.700	137.017	133.661	-2,4%	-	-
Não SNS	4.874	17.927	18.632	3,9%	-	-
SNS (s/ Destino Internamento)	30.650	122.571	119.920	-2,2%	123.665	97,0%
Urgência/Dia	419	425	416	-2,0%	433	96,1%
Urgência/Hora	17	18	17	-2,0%	18	96,1%
% internados	10,2%	10,46%	10,11%	-3,3%	-	-
% óbitos	0,03%	0,03%	0,03%	-11,8%	-	-
% altas	79,6%	81,37%	81,81%	0,5%	-	-
% transf. p/ outros hospitais	1,2%	1,35%	1,14%	-15,5%	-	-
% transf p/ C. Saúde	8,9%	6,79%	6,92%	1,9%	-	-

A Urgência apresentou um decréscimo de actividade de 1,7%, assegurando uma maior racionalização dos cuidados de saúde via urgência hospitalar.

As urgências SNS que não originaram internamento, e sobre as quais estamos vinculados no Contrato Programa, decresceram 2,2% e ficaram abaixo do previsto 3%.

Em média foram atendidos na urgência 416 doentes por dia, o equivalente a 17 doentes por hora.

O destino dos utentes na urgência manteve uma estrutura idêntica à de 2007. Saliente-se que, sensivelmente 10% dos doentes atendidos no SU seguiram tratamento no Internamento.



Saliente-se o peso da Urgência Ginecológica e Obstétrica de 17% no total da Urgência Geral.

5.6- Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica

	Realizados CHP	Realizados Exterior
	Ano 2008	Ano 2008
Imagiologia	207.203	1.570
Anatomia Patologica	39.094	32
Análises Clínicas	3.968.995	6.445
Medicina Nuclear	6.653	211
Gastroenterologia	14.787	217
Medicina Física e Reabilitação	209.638	32.055
Cardiologia	40.891	263
Neurofisiografia	9.252	1
Oftalmologia	31.580	332
Pneumologia	13.447	168
Urologia	12.947	234
Otorrinolaringologia	16.649	26
Imuno-hemoterapia	14.486	160
Dermatologia	5.795	0
Ginecologia/Obstetricia	46.471	168

actividade requisitada.

No que respeita aos Meios Complementares de Diagnóstico, facilmente concluimos que o grande peso de actos realizados concentra-se nas áreas de Análises Clínicas, Imagem e Medicina Física de Reabilitação.

Constata-se também que o grau de dependência da instituição face ao exterior é diminuto, resultado da diferenciação técnica que mantém nesta área e da capacidade instalada que possui para satisfazer a produção interna. A produção realizada no exterior não chega a absorver 1% de toda a

Evidencia-se apenas a área da Medicina Física e Reabilitação com um nível de dependência de 13 %.

5.7 - Evolução dos Principais Indicadores Económico-Financeiros

O exercício de 2008 caracterizou-se por representar o primeiro exercício completo do Centro Hospitalar do Porto, EPE, após a fusão por extinção do Hospital Geral de Santo António, EPE, Maternidade Júlio Dinis e Hospital Maria Pia, em 30 de Setembro de 2007.

Esta particularidade dificulta a análise detalhada e exaustiva da evolução de alguns indicadores económico-financeiros, porquanto não existe comparabilidade entre os valores registados, nos dois exercícios consecutivos. Desta forma, alguns dos indicadores a seguir analisados reportam apenas ao exercício de 2008.

Desempenho Económico-Financeiro

No exercício de 2008, o CHP apresentou um resultado líquido negativo de 24,7 M€, com a seguinte decomposição: resultados operacionais negativos (29,4 M€), resultados financeiros positivos (2,1 M€) e resultados extraordinários positivos (2,6 M€).

O resultado operacional negativo, verificado neste exercício, ficou a dever-se essencialmente ao valor registado nas rubricas de prestações de serviços face aos custos fixos incorridos. Destes, destacam-se os custos com o pessoal pela importância que assumem na estrutura dos custos (53%) e que só por si absorveram 64% do total dos proveitos provenientes da facturação dos serviços prestados.

O valor das prestações de serviços no exercício de 2008, evidencia uma diminuição no índice de case-mix do Centro Hospitalar do Porto, EPE face ao do Hospital Geral de Santo António, EPE (unidade hospitalar de maior dimensão do CHP). Tal facto resulta da casuística global observada no conjunto das três unidades hospitalares que integram a nova realidade, bem como da orientação que vem sendo seguida, desde há alguns anos, de tratar os doentes em ambulatório em detrimento de os tratar em regime de internamento.

Ficam assim neste regime de internamento somente as situações de maior complexidade e que, por consequência, originaram aumentos nos tempos de permanência destes doentes no hospital.

As dificuldades sentidas no desempenho económico, encontram-se também reflectidas nos indicadores EBIT e EBITDA que apresentaram, em 2008, valores negativos de 26,8 M€ e 19,4 M€, respectivamente.

Contribuíram para esta situação, vários factores associados à referida fusão, entre eles, a aprovação do novo regulamento interno e a necessidade de reorganização de alguns serviços. Para além disso, há ainda a considerar o facto de, neste exercício, não ter sido atribuído ao CHP, qualquer valor de verba de convergência.

O contributo positivo dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários, na formação do resultado líquido, ficou a dever-se no primeiro caso, a juros de depósitos bancários e descontos de pronto pagamento obtidos, e no segundo, essencialmente à transferência de proveitos diferidos para proveitos extraordinários na proporção das amortizações do imobilizado financiado.

Analisando a demonstração dos fluxos de caixa, verifica-se que apesar dos resultados negativos de exploração apresentados, as actividades operacionais geraram fluxos financeiros positivos no montante de 1,5 M€, insuficientes, no entanto, para financiar as actividades de investimento.

Os fluxos das actividades de financiamento ascenderam a 26,3 M€, em resultado, nomeadamente, da dotação de capital estatutário ocorrido no exercício.

A variação de caixa e seus equivalentes acompanhou a tendência dos fluxos das actividades de financiamento, cifrando-se em 19,6 M€ positivos.

Situação Económico-Financeira

No exercício de 2008, as contas do balanço registaram a seguinte evolução:

Rubricas	2008	2007	Var 07/08
Imobilizado líquido	33.889.643	28.267.913	19,9%
Activo circulante	99.686.254	98.197.821	1,5%
Acréscimos e diferimentos	8.734.746	4.884.630	81,9%
Total Activo	142.310.643	131.350.364	8,5%
Fundos Próprios	57.797.612	56.035.090	3,4%
Provisões para riscos e encargos	1.245.522	952.023	30,8%
Dívidas a terceiros M/L prazo	640.854	457.584	40,1%
Dívidas a terceiros CP	60.510.329	49.588.768	22,0%
Acréscimos e diferimentos	22.116.326	24.316.899	9,1%
Total Passivo	84.513.031	75.315.274	12,2%
Total Fundos Próprios e Passivo	142.310.643	131.350.364	8,5%

A análise do balanço permite constatar que não obstante a dotação de capital ocorrida no exercício, no montante de 26 M€, os capitais próprios registaram uma variação positiva de apenas 1,8 M€, em consequência do resultado negativo obtido.

O aumento dos capitais alheios ficou a dever-se essencialmente a um adiantamento obtido junto do Fundo de Apoio do Sistema de Pagamentos do SNS, não compensado por igual montante na redução das dívidas a fornecedores face ao valor apresentado em 31-12-2007.

A variação do imobilizado líquido decorreu de obras de remodelação em curso e do arranque de novos projectos de investimento em edifícios e outras construções.

Os acréscimos de proveitos registados, resultaram de serviços prestados a utentes do SNS, entretanto já facturados à ACSS.

O activo circulante, globalmente, cresceu apenas 1,5% mas observou uma alteração significativa na sua composição. As dívidas de terceiros de curto prazo diminuíram cerca de 20 M€, enquanto que as disponibilidades registaram um aumento de igual montante, em resultado de uma aplicação de tesouraria no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS.

Os indicadores a seguir apresentados, permitem avaliar a natureza do impacto originado na solidez financeira do CHP, pelas variações ocorridas na estrutura do seu balanço.

Indicadores	31-12-2008	31-12-2007
Autonomia financeira	0,41	0,43
Solvabilidade	0,69	0,74
Endividamento	0,59	0,57
Liquidez geral	1,65	1,98
Liquidez reduzida	1,50	1,83
Prazo médio de recebimento (dias)	65	84
Prazo médio de pagamento (dias)	89	153
Duração média das existências (dias)	38	34

Não obstante a variação positiva ocorrida nos capitais próprios de 2007 para 2008, o grau de autonomia financeira diminuiu de 43% para 41%, em consequência do aumento das responsabilidades para com terceiros, traduzido num agravamento do nível de endividamento de 0,57 para 0,59. Mesmo assim, os capitais próprios continuam a ser uma importante fonte de financiamento dos activos, dando cobertura à totalidade do imobilizado, das existências e ainda de parte significativa das dívidas de terceiros de curto prazo.

Os indicadores de liquidez e de solvabilidade, apesar de terem registado uma variação negativa, continuam a reflectir estabilidade financeira e capacidade para fazer face às necessidades de fundo de manuseio de curto prazo.

Os capitais alheios representados quase exclusivamente por exigível de curto prazo, encontram-se largamente cobertos pelos saldos de devedores e disponibilidades.

O prazo médio de recebimento encontra-se fortemente condicionado pela política de pagamentos adoptada pela ACSS, entidade financeira responsável pelo pagamento dos serviços prestados aos utentes do SNS.

A redução do prazo médio de recebimento, em 2008, resultou do aumento do valor dos adiantamentos mensais recebidos no âmbito do contrato programa. Influenciaram o cálculo deste indicador, os acréscimos de proveitos relativos a serviços prestados a utentes do SNS, que não foi possível facturar no exercício.

O prazo médio de pagamento diminuiu de 153 para 89 dias, em consequência do recurso ao Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS.

O aumento da duração média das existências de 34 para 38 dias, reflecte o efeito da reorganização recente dos armazéns das três unidades hospitalares, que não foi possível ainda rentabilizar totalmente.

Execução Orçamental

O mapa a seguir apresentado compara por grandes grupos de custos e proveitos, os valores orçamentados e realizados, bem como os respectivos desvios verificados.

Rubricas	Orçamentado 2008	Realizado 2008	Desvio Orçamental
CMVMC	81.339.169	84.214.740	3,5%
Fornecimento e serviços externos	25.248.842	26.423.788	4,7%
Custos com pessoal	128.588.569	135.772.881	5,6%
Outros custos	12.437.126	9.006.431	-27,6%
Total Custos	247.613.706	255.417.840	3,2%
Prestações de serviços	224.807.577	211.982.249	-6,5%
Outros proveitos	15.150.612	18.720.302	36,4%
Total Proveitos	239.958.189	230.702.551	-3,8%

A leitura deste mapa permite concluir que, globalmente, os custos totais ultrapassaram os previstos em 3,2%, enquanto que os proveitos totais ficaram aquém dos estimados em 3,8%.

O défice orçamental inicialmente previsto, no montante de 7,7 M€, foi assim ultrapassado em consequência de razões de natureza diversa.

No que respeita aos custos com pessoal, o desvio orçamental verificado de 5,6% correspondente a um acréscimo efectivo de apenas 1%, quando comparados com os custos da mesma natureza incorridos no ano anterior, pelo HGSA,EPE, MJD e HMP (de 01-01-2007 a 30-09-2007) e pelo CHP,EPE (de 01-10-2007 a 31-12-2007).

A insuficiência desta dotação orçamental ficou a dever-se ao facto de à data da elaboração do orçamento para 2008, não serem conhecidos ainda os valores definitivos do fecho das contas das referidas unidades hospitalares, nomeadamente o efeito no acréscimo dos custos com férias, subsídio de férias e encargos, na MJD e HMP, não reconhecidos de forma adequada à data da fusão.

Razão semelhante explica o desvio orçamental de 4,7%, nos fornecimentos e serviços externos, o qual representa um acréscimo efectivo destes custos de apenas 1,2%.

Relativamente ao desvio desfavorável no CMVMC, face ao orçamentado, há que tomar em linha de conta o facto de esta rubrica registar não apenas os medicamentos de consumo interno, mas também os de cedência em ambulatório nos termos da legislação em vigor e ainda os medicamentos fornecidos para tratamento de doenças lisossomais, cuja contrapartida financeira se encontra reflectida nas contas 76 e 712 (programas verticais), respectivamente.

No que concerne aos proveitos e ganhos, apenas as rubricas de prestações de serviços apresentam desvios orçamentais desfavoráveis, com particular incidência nas contas de internamento, consulta externa, hospital de dia e incentivos institucionais.

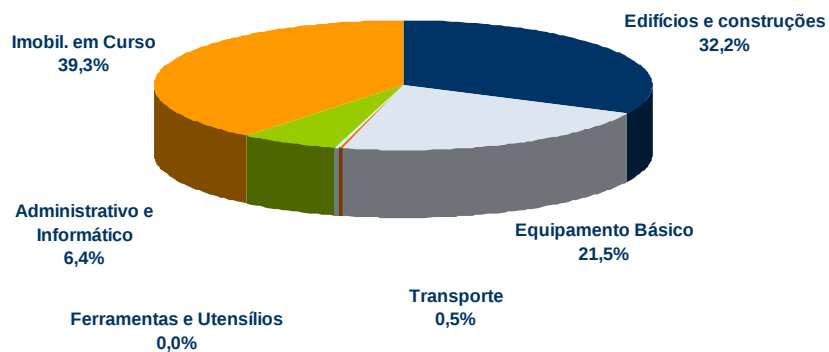
No que respeita aos serviços prestados, as dotações orçamentais assentaram em estimativas de produção que não foi possível concretizar devido a condicionalismos decorrentes da integração das três unidades hospitalares.

Quanto aos incentivos institucionais, o desvio constatado de 2,7 M€ reflecte, essencialmente, o facto de o CHP não ter conseguido cumprir os objectivos de natureza económico-financeira, conforme anteriormente referido.

5.8 - Investimentos

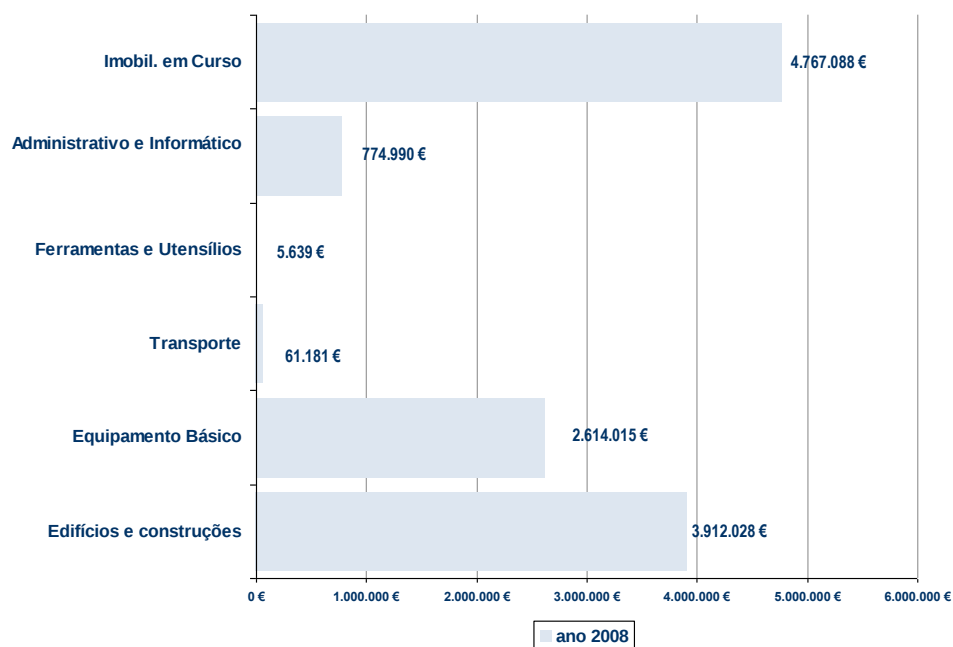
O montante global de investimento bruto ascendeu, no exercício de 2008, a um valor de 12.134.941€.

Estrutura do investimento realizado

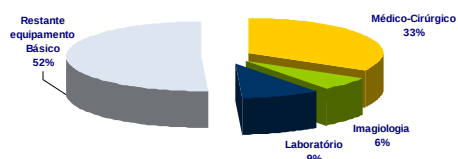


Do valor total investido, 39% respeita a Imobilizações em Curso, 32% a Edifícios e Outras Construções e 21,5% o Equipamento Básico.

Investimento por rubrica 2008



A decomposição do investimento por rubricas não é alheia ao esforço de construção de novas infra-estruturas e remodelação das existentes. Com o arranque da construção do Centro de Cirurgia Ambulatório, a recuperação e modernização do Edifício Neoclássico do Santo António e do Edifício da Maternidade Júlio Dinis, entre outras, os valores das imobilizações em curso e dos edifícios e outras construções no seu conjunto dispararam para perto de 8,7 milhões de euros. Por seu turno, o valor do equipamento básico ascendeu a cerca de 2,6 milhões de euros, enquanto o equipamento administrativo e informático contabilizou perto de 0,8 milhões.



Do total investido em equipamento básico, 33% respeitam a equipamento médico – cirúrgico, 6 % a equipamento de imagiologia, 9 % a equipamento de laboratório, sendo que o restante equipamento básico (mobiliário hospitalar, hotelaria e outros) representam metade do valor investido.

No Quadro seguinte apresentam-se os dez equipamentos com maior peso no total de investimento em 2008. Note-se que o maior valor investido foi para equipamentos de utilização generalizada e não tanto para equipamentos médico-cirúrgicos específicos.

Equipamento	Quantidade	Valor Total
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	49	453.773,15 €
CENTRAL TELEFÓNICA	2	274.800,00 €
MICROSCÓPIO OPERATÓRIO	1	210.540,00 €
CARRO P/ TRANSPORTE REFEIÇÕES	25	181.202,52 €
PROGRAMA	60	177.739,18 €
ESTAÇÃO FIXA	10	123.378,26 €
VENTILADOR	2	97.279,75 €
SIST. DE RETINOGRÁFIA/ANGIOGRÁFIA DIGITAL	1	93.840,00 €
ESTANTE	57	86.013,72 €
BANCADA	7	83.392,84 €
Sub-Total		1.781.959,42 €
% no Total do Investimento em Equipamento*		37,5%
% no Total do Investimento		14,7%

* Equipamento Básico, de Transporte, Administrativo e Informático e Ferramentas e Utensílios

6 - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2009

Objectivos e linhas estratégicas:

O ano de 2009 será um ano de integração da área Materno-Infantil. A conclusão das intervenções de renovação na Maternidade, que irá terminar a meio do ano, levará à concentração da Obstetrícia, da Ginecologia e da Neonatologia. Irá ser criada uma grande maternidade com mais de 4000 mil partos por ano. Em simultâneo, no último trimestre de 2009 iniciar-se-ão as obras do C.M.I.

O Centro de Cirurgia de Ambulatório está em progresso e contamos até meio do ano poder aprovar o projecto de execução do novo edifício de consultas, que representa a 2ª fase da reabilitação do ex.CICAP.

O conjunto de intervenções planeadas para o Hospital de Santo António continua em desenvolvimento. Está lançado o concurso para a reabilitação do 6º andar. A Farmácia e a Fisiatria, na Ala Norte, em breve serão inauguradas. Aguardamos o projecto de execução da Pediatria para fazermos o planeamento da obra.

Apresentamos em seguida as **linhas de Acção** para o próximo ano que se desenvolvem em quatro vectores: os doentes, as pessoas, a gestão da informação, a organização.

1. Os doentes;

Realizar todas as primeiras consultas em menos de 150 dias;
Garantir que a mediana da espera cirurgica será de 5 meses;
Desenvolvimento de equipas de cuidados domiciliários e paliativos;
Realizar um inquérito de satisfação aos doentes internados e da consulta externa.

2. As pessoas;

Avaliação de desempenho a todo o pessoal;
Alargar o número de contratos com objectivos.

3. A Informação;

Uniformização da utilização das aplicações informáticas nos três hospitais;

Maior integração informática com os Cuidados Primários;

Conclusão do Circuito do Medicamento;

Integração total da informação nas três instituições;

Acabar com as requisições em papel.

4. A Organização;

Concentração da área Materno-Neonatal;

Início da construção do CMI;

Início do Museu e Centro de Simulação;

Produção – Realização de 16.000 cirurgias de ambulatório em 2009;

Demora média de 6,6 dias;

Taxa de ocupação de 80% em 2009 sem aumento da D.M. (todos os serviços em que em 3 meses consecutivos tiverem < 80% de ocupação far-se-á a redução de camas e pessoal);

Manutenção dos consumos;

Implementação de auditorias clínicas em todos os Departamentos;

Revisão bianual dos indicadores do IASSIST;

Maior articulação interna das três instituições;

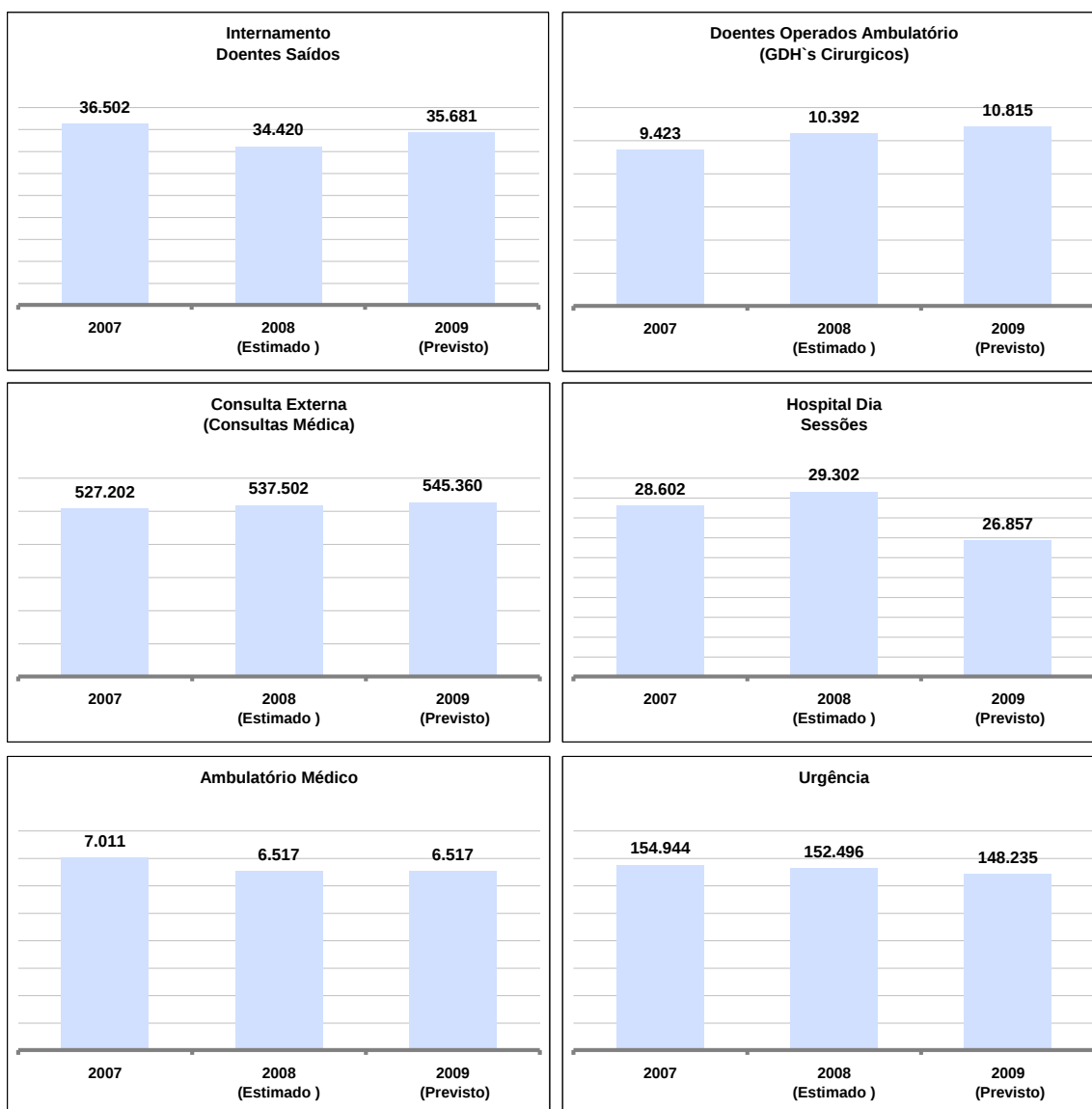
Melhoria da imagem externa do Centro Hospitalar. Mais 50% de notícias positivas na comunicação social;

Aquisição em 2009 de mais uma Ressonância Magnética de 3 Tesla já que a actual está esgotada na sua capacidade,

Lançar em 2009 os concursos para construção, do novo Edifício de Consultas e a intervenção na Ala Norte do Edifício Neoclassico que criará a futura Pediatria.

Evolução Operacional para 2009 (Centro Hospitalar)

De seguida, apresenta-se a projecção de actividade do Centro Hospitalar, tendo em conta os valores estimados para 2008 e as projecções efectuadas no momento da elaboração do Plano de Desempenho para 2009 e que estiveram na base da elaboração do Contrato Programa para 2009.



Estima-se, em 2008, um decréscimo da actividade de internamento, facto não previsto no Plano de Negócios, para o qual havia sido estimado um crescimento de 1,7%

A quebra verificada em 2008 veio atenuar os crescimentos que haviam sido previstos no Plano de Negócios do Centro Hospitalar. Estima-se ainda assim, em 2009, uma recuperação nesta linha de actividade (+3,7%);

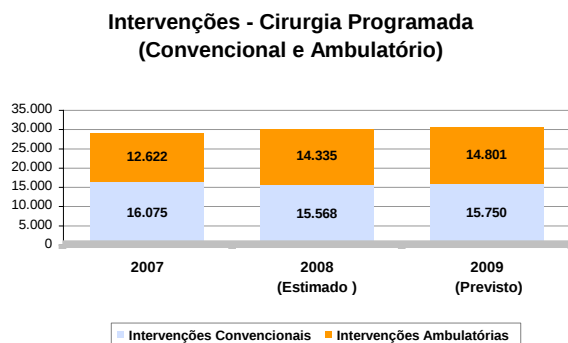
Tendo em conta as estimativas de produção em 2008, vislumbra-se um crescimento do ambulatório cirúrgico (+4%);

Espera-se ainda um crescimento em 2009 de 1,4% nas consultas médicas, estimulado por um crescimento de 4,3% nas primeiras consultas.

O hospital de dia previsivelmente sofrerá um decréscimo da actividade, resultante da não contratualização, por orientação da ARS das sessões de Fisiatria nesta linha de actividade.

Para o ambulatório médico, por algumas incertezas quanto ao impacto das alterações decorrentes da nova portaria nesta linha de actividade, assumiram-se valores idênticos a 2008;

A urgência continuará a manifestar uma orientação decrescente.



Perspectiva-se assim um crescimento da actividade cirúrgica tanto na modalidade convencional como no regime ambulatorio.

	2007 (ano)	2008 (estimado)	2009 (previsto)
Indicadores Gerais			
Demora Média (c/ berçário)	6,3	6,4	6,3
Demora Média (s/ berçário)	6,7	6,8	6,7
Taxa de Ocupação (c/ berçário)	73,7%	74,3%	74,4%
Taxa de Ocupação (s/ berçário)	74,4%	75,4%	75,5%
% 1^{as} Consultas (médicas)	21,6%	23,4%	24,0%
% Cir. Ambulatório	44,0%	47,9%	48,4%

(em número de intervenções)

A análise dos indicadores gerais aponta para uma quase estagnação da demora média e da taxa de ocupação. Não é possível uma redução da demora média quando simultaneamente se continua a prever transferir actividade de complexidade inferior para ambulatório.

O crescimento esperado para as primeiras consultas relativamente às subsequentes, implica um aumento no índice de primeiras consultas, prevendo-se que atinja em 2008 os 24%. Traduz, assim, uma maior acessibilidade dos utentes ao hospital.

Prevê-se um peso de Cirurgia de Ambulatório de 48% em relação ao total da Cirurgia Programada. Sendo no entanto definido, pela ARS, um valor mínimo para GDH's cirúrgicos de ambulatório no total de GDH's Cirúrgicos programados de 50% para 2009.

O quadro seguinte espelha toda a produção SNS e não SNS prevista para 2009 para o Centro Hospitalar.

Actividades	Produção Total Prevista	Produção SNS Prevista	% Doentes SNS
1. Consultas Externas			
Nº Total Consultas Médicas	545.366	488.907	89,65%
Primeiras Consultas	131.151	118.888	90,65%
Consultas Subsequentes	414.215	370.018	89,33%
2. Internamento			
Doentes Agudos			
Doentes Saídos (Base Dados GDH)	34.054	30.735	90,25%
GDH Médicos	19.367	17.676	90,02%
GDH Cirúrgicos	14.687	13.059	88,91%
Programados	9.328	8.380	89,84%
Urgentes	5.359	4.678	87,30%
Doentes Crónicos			
Doentes Medicina Física e Reabilitação	123	96	77,92%
Nº Dias de Internamento dos Doentes Crónicos			
Doentes Medicina Física e Reabilitação	4.055	3.191	78,69%
3. Urgência			
Total de Atendimentos (Total)	148.235	129.899	87,63%
N.º de Atendimentos (sem Internamento)	133.689	117.071	87,57%
4. Sessões em Hospital de Dia			
Total de Sessões de Hdia	21.172	18.183	85,88%
Hematologia	4.598	3.847	83,66%
Imuno-hemoterapia			
Infeciologia			
Psiquiatria	1.066	1.059	99,36%
Pediatria	771	687	89,11%
Pneumologia			
Oncologia (1)	4.167	3.091	74,18%
Outros	5.554	4.818	86,74%
Hemodiálise	5.016	4.681	93,32%
6. GDH de Ambulatório			
GDH Médicos (2)	6.517	5.467	83,89%
GDH Cirúrgicos	9.812	8.913	90,84%

Notas:

(1) Nas sessões de Hospital de Dia de Oncologia estão a ser deduzidas as sessões de GDH Médicos relativos a Quimioterapia.

(2) Nos GDH's Médicos de Ambulatório está a ser deduzido o GDH 317 referente a Nefrologia.

7- GOVERNO DA SOCIEDADE

7.1 – Missão, Objectivos e políticas da empresa

Já referenciado no ponto 2.6 do relatório.

7.2 – Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita

Foi aprovado pela tutela no ano de 2008 o Regulamento Interno do Centro Hospitalar do Porto que passou a reger a actividade do mesmo a partir de então. Esse mesmo regulamento encontra-se disponível no site www.hgsa.pt.

Existem ainda diversos regulamentos internos de funcionamento dos Departamentos e Serviços, alguns dos quais, dada a nova realidade, estão ainda em fase de revisão para aprovação posterior pelo Conselho de Administração.

Também existem documentos que formalizam procedimentos específicos.

Em particular na unidade do Hospital Santo António existe o manual de políticas e procedimentos enquadrado no processo de acreditação de qualidade, cuja extensão às outras unidades se vai fazendo de forma gradual.

7.3 – Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

Nada a assinalar

7.4 - Informação sobre outras transacções

Foi já aprovado o regulamento interno relativamente à aquisição de bens e serviços para o conjunto do Centro Hospitalar, estando o mesmo já em vigor há alguns meses.

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços

Externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€):

- ♦ ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana -----2.123.282€;
- ♦ EDP ----- 1.521.509€;
- ♦ SUCH – Serviços de Utilização Comum Hospitalar -----1.380.608€;
- ♦ Santa Casa da Misericórdia do Porto -----1.339.773€;

7.5 - Identificação do modelo de Governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Nos termos do DL 233/2005, actualizado pelo DL 326/2007, e artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, a administração e fiscalização está estruturada segundo a seguinte modalidade:

Conselho de Administração

Fiscal Único

Identificação dos membros dos órgãos sociais

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
	Conselho de Administração		
Presidente	Fernando José Montenegro Sollari Allegro	08-Out. -2007	2007/2009
Vogal Executivo	Carlos Alberto Couto Silva		
Vogal Executivo	Élia do Céu da Costa Gomes		a)
Vogal Executivo	José Alberto Oliveira Castro Peixoto		
Vogal Executivo	Luís Carlos Delgado		b)
Director Clínico	António Martins da Silva		
Enf. Director	Alfredo Eduardo Argulho		
	Fiscal Único		
Efectivo:	Assunção, Sá e Cambão, ROC, representada por Dr. Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão	30-Out.-2007	2007/2009
Suplente:	Pedro Leandro E António Belém, SROC, representada por Pedro Manuel da Silva Leandro		

- a) Em funções no Centro Hospitalar do Porto até 21 de Julho de 2008
- b) Iniciou funções no Centro Hospitalar em 1 de Setembro de 2008

Funções e Responsabilidades

Na sequência da aprovação do Regulamento Interno do Centro Hospitalar do Porto, e da alteração na composição do Conselho de Administração ao longo do ano 2008, foi alterada a distribuição de responsabilidades pelos diferentes membros deste mesmo Conselho de Administração.

Conselho de Administração:

Fernando Manuel Sollari Allegro – Presidente

Élia da Costa Gomes – Vogal Executivo

Carlos Alberto Couto Silva – Vogal Executivo

José Alberto Oliveira Castro Peixoto – Vogal Executivo

Luís Carlos Delgado – Vogal Executivo

António Martins da Silva – Director Clínico

Alfredo Eduardo Argulho Alves – Enfermeiro-Director

As responsabilidades encontram-se distribuídas conforme a estrutura organizacional referida no ponto 4, além das competências de ordem técnica atribuídas por lei, nomeadamente ao Sr. Director Clínico e ao Sr. Enfermeiro Director (DL 2003/2005, com as actualizações introduzidas pelo DL 326/2007).

Órgão de Fiscalização:

Competências estabelecidas no art.º 16º do Anexo II dos Estatutos do Hospital Geral de Santo António publicados no Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e posteriormente actualizados pelo Decreto-Lei nº 326/2007 de 28 de Setembro.

7.6- Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Estatuto remuneratório fixado

Conselho de Administração - Estatuto de Gestor Público

Cargos	Grupo A	
	Nível 1	Factor
Presidente		
Remuneração base	4.752,55 €	1,69
Despesas de representação	1.663,39 €	0,35
Vogal executivo		
Remuneração base	4.204,18 €	1,50
Despesas de representação	1.261,25 €	0,30

Valor padrão: 2.812,16 €
Resolução do Conselho de Ministros nº 29/89

O Presidente do Conselho de Administração e o Director Clínico optaram pela remuneração da categoria de origem, valor 5.505,22€

Órgão de Fiscalização:

Remuneração do fiscal único de acordo com o despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 21 de Fevereiro de 2006. (1.188€+IVA/Mês).

Remunerações de Janeiro a Dezembro de 2008

Conselho de Administração

Presidente do CA	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Director Clínico	Enf. Director
Dr. Sollari Allegro	Dr. Carlos Alberto	Dr.ª Élia Costa Gomes	Dr. Alberto Peixoto	Dr. Luis Delgado	Prof. Dr. Martins da Silva	Enf. Eduardo Alves
i)			ii)			

1. Remuneração

- Remuneração base
- Acumulação de funções de gestão
- Remuneração complementar
- Despesas de representação
- Prémios de gestão
- Outras
 - Subsidio Férias e Natal
 - Adicional 2%

66.063	50.450	28.461	50.450	16.817	66.063	50.450
19.961	15.135	8.829	15.135	5.045	15.135	15.135
11.010	8.408	4.205	8.408	4.204	11.010	8.408
335					825	

2. Outras regalias e compensações

- Gastos de utilização de telefones *
- Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço
- Valor do combustível gasto com a viatura de serviço
- Subsídios de deslocação
- Subsídio de refeição
- Outras
- ...
- ...

2.141	1.186	498	877	62	1.013	1.065
45.000 ^{a)}	45.000 ^{a)}	45.000 ^{a)}	35.000 ^{d)}	33.812 ^{e)}	34.900 ^{b)}	29.700 ^{c)}
2.664	4.614	1.253	1.879	208	1.907	2.343
966	1.015	522	940	349	925	913

3. Encargos com benefícios sociais

- Caixa Geral de Aposentações
- Segurança Social obrigatório
- Planos complementares de reforma
- Seguros de saúde
- Seguros de vida
- Outros
- ...
- ...

11.611		4.900	8.829	3.153	11.685	8.829
	12.507					

4. Informações Adicionais

- Opção pelo vencimento de origem (s/n)
- Indicação do Regime de Segurança Social
- Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005
- Ano de aquisição de viatura pela empresa
- Exercício da opção de aquisição de viatura de serviço (s/n)
- Usufruto de casa de função (s/n)
- Exercício de funções remuneradas fora do grupo (s/n)
- Outras
- ...

Sim					Sim	

NOTAS:

i) Deixou de fazer parte do Conselho de Administração em 21.07.2008

ii) Iniciou funções no Conselho de Administração em 01.09.2008

Viaturas adquiridas em:

- a) Janeiro 2004
- b) Abril 2007
- c) Junho 2006
- d) Dezembro 2007
- e) Outubro 2008

* O valor mensal das comunicações é de 75 euros, sendo o remanescente reposto nos Serviços Financeiros

7.6 - Análise de Sustentabilidade da empresa

Decorrente da nova realidade e do Business-Plan entretanto elaborado para o Centro Hospitalar do Porto para o período 2008-2010, foram estabelecidas as directrizes que nortearão a actividade nos próximos tempos, nomeadamente:

- Desenvolvimento do Centro de Cirurgia de Ambulatório que vá de encontro às novas tendências de tratamento dos doentes e que garanta uma maior atractividade pelo Centro Hospitalar do Porto;
- Desenvolvimento do Centro Materno-Infantil do Norte com uma abordagem de alta qualidade de atendimento e logística;
- Integração do pessoal das três unidades de forma harmoniosa e colaborante, permitindo valorização profissional e racionalização de recursos;
- Construção de novos edifícios obedecendo às mais modernas tecnologias de racionalização energética e redução de impacto ambiental.

Grau de concretização das metas fixadas

Desvios de Produção

Produção Total (SNS e não SNS) Ano 2008				
	Realizado	Contratualizado	Desvios	Desvios
	2008	2008	(Abs)	(%)
Doentes Saídos de Internamento				
Episódios (total)	35.116	37.682	-2.566	-6,8%
Doentes Operados Cir. Ambulatório				
Doentes Operados	11.419	10.549	870	8,2%
Urgência				
Episódios	152.293	158.502	-6.209	-3,9%
Sessões de Hdia				
Total de Hospital Dia *	29.533	28.347	1.186	4,2%
Hematologia	5.887	5.445	442	8,1%
Oncologia	7.456	7.708	-252	-3,3%
Psiquiatria	896	1.100	-204	-18,5%
Hemodiálise	5.321	5.280	41	0,8%
Outros Hdia	9.973	8.814	1.159	13,1%
Consultas Médicas				
Total de consultas **	537.160	565.356	-28.196	-5,0%
1 ^{as} Consultas	125.467	125.227	240	0,2%
Consultas Subsequentes	411.693	440.129	-28.436	-6,5%

* Inclui todas as sessões de Hospital Dia independentemente de ser facturado por GDH médico ou sessão

** Inclui consultas de Interrupção de Gravidez

De acordo com a análise dos principais desvios, já mencionados no presente relatório, salienta-se o seguinte:

O Internamento ficou significativamente aquém dos valores previstos. Este desvio negativo advém de um conjunto de factores a destacar: a quebra o número de partos, a redução da actividade Pediátrica no Maria Pia, em linha com a tendência internacional, bem como dificuldades iniciais, no Santo António, de articulação com a rede de cuidados continuados que limitou de certa forma a admissão de novos doentes. Este desvio foi ainda agravado pelo aumento exponencial de ambulatório cirúrgico, com transferências de patologias de complexidade inferior para este regime.

Os valores do hospital de dia, independentemente da sua facturação ocorrer por GDH médico ou por sessão, ficaram acima do previsto em 4,2%.

O desvio negativo de 3,9% face ao previsto na Urgência indicia uma organização diferente na resposta dos cuidados de saúde, visível pelo aumento das primeiras consultas no Hospital e possivelmente por uma melhor resposta dos cuidados de saúde primários.

Os valores previstos para a consulta ficaram aquém do previsto em 5%. No entanto, os valores contratualizados para primeiras consultas foram rigorosamente cumpridos.

Objectivos de Qualidade e Eficiência

Áreas	Indicadores	Objectivo	Realizado (Ano 2008)
Nacionais			
A. Qualidade e Serviço	A.1 Taxa de reinternamentos nos primeiros cinco dias	2,60%	2,77%
	A.2 N° de profissionais envolvidos em programas de formação nas áreas de controlo de Infecção	10%	63,53%
B. Acesso	B.1 N° de doentes referenciados para a RNCC/N° de Doentes saídos nas especialidades de Medicina Interna Cirurgia Geral e Ortopedia	7,40%	3,80%
	B.2 Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	22%	23,36%
C. Desempenho Assistencial	C.1 Peso da Cirurgia de Ambulatório no total de cirurgias programadas	45,70%	50,76%
	C.2 Demora Média (dias)*	6,9	6,8
D. Desempenho Económico-Financeiro	D.1 Custo Unitário por Doente Padrão (custo Operacional)	4.538 €	5.059 €
	D.2 Resultado Operacional	-5.766.578	-29.372.489 €
Regionais			
E. Desempenho Económico-Financeiro	E.1 Consumos	0%	6,4%
	E.2 FSE	0%	1,2%
	E.3 Custos com pessoal	0%	1,0%
	E.4 Compras	0%	7,7%
F. Outros Objectivos Regionais	F.1 Doente Padrão /Médico ETC	54,8	52,8
	F.2 Taxa de Infecção Hospitalar		

* calculado com dias de Internamento e Sem Berçário

No contrato Programa do Centro Hospitalar para 2008 foi estabelecido um conjunto de objectivos de qualidade e eficiência. Do cumprimento desses objectivos estava pendente a atribuição de um incentivo no montante de 4.194.350€ e para o qual o hospital será financiado na proporção do seu cumprimento.

À presente data aguarda-se validação desses objectivos por parte da ARS, no entanto da avaliação dos mesmos elaborada pelo próprio Hospital, podemos constatar que:

Ao nível dos indicadores de Qualidade e Serviço o indicador relativo aos profissionais envolvidos nas áreas de controlo de infecção foi largamente superado, demonstrando o investimento que a Instituição tem efectuado nesta área. Sabendo que só “faz prevenção quem sabe” esta intensa actividade formativa pudera vir a traduzir-se numa diminuição efectiva da taxa de infecção associada aos cuidados de saúde.

Sendo esta meta aplicável a todos os hospitais nacionais, vem demonstrar o avanço que a instituição tem nesta área.

Quanto à taxa de reinternamentos nos primeiros cinco dias, uma primeira análise deste indicador revela o incumprimento do mesmo, sendo no entanto solicitado à ARS uma reavaliação do cálculo considerando o expurgo do registo administrativo de Hotelaria, visto

não constituírem verdadeiros reinternamentos e já não serem prática de registo na Instituição. Se tal reavaliação for efectuada o indicador ficará nos 2,19%, podendo vir a ser considerado, pela ARS, como cumprido.

No que respeita aos indicadores de acesso, foi cumprida a taxa de primeiras consultas, situando-se esta nos 23,6%. Relativamente aos doentes referenciados para a rede nacional de cuidados continuados, devido a dificuldades iniciais de articulação com a rede, o indicador ficou bastante aquém da meta proposta.

Os Indicadores ao nível do desempenho assistencial quanto ao peso da cirurgia de ambulatório continuam a situar-nos como referência nacional nesta área com larga superação da meta proposta. A Demora Média enquadrou-se no objectivo delineado (6,9%).

Ao nível dos indicadores económico-financeiros, o custo unitário por Doente padrão ficou aquém dos valores propostos, pois o aumento de custos operacionais foi mais do que o estimado e a diminuição ao nível dos doentes de internamento, com forte influência no cálculo do Doente Padrão, resultou no incumprimento deste indicador. De igual modo, o resultado operacional assumido não foi cumprido.

Relativamente aos indicadores regionais económico financeiros – Consumos, Fornecimentos e Serviços Externos, Custos com Pessoal e Compras, cuja meta estimada seria a manutenção do valor destas rubricas, veio a revelar-se ambiciosa, resultando no seu não cumprimento.

Relativamente aos restantes objectivos regionais, em matéria de taxa de infecção hospitalar, foram encetados os esforços no sentido de serem desencadeadas toadas as acções propostas em sede de contrato programa.

O indicador Doente Padrão /Médico ETC ficou em 52,8, o que embora ligeiramente inferior à meta estipulada, enquadra-se no intervalo de 5% e como tal prevê-se que seja considerado, pela ARS, como cumprido.

7.8 – Avaliação sobre o grau de cumprimento dos princípios de Bom Governo, devidamente fundamentada.

Relativamente aos pontos da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de Março respeitantes a este domínio, gostaríamos de dizer o seguinte:

AnexoII – Princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado

i) Missão, Objectivos e princípios gerais de actuação

7 - Como Hospital acreditado pelo Kings Fund, obedecemos a regras muito rigorosas de funcionamento, sendo que a divulgação está disponível no site do Hospital www.hgsa.com.pt.

8 – O Plano de Actividades é discutido com a tutela e assinado anualmente.

9 – Há um tratamento de absoluta igualdade em termos de género (homens e mulheres), bem como obediência escrupulosa a regras de não discriminação religiosa, de orientações sexuais, de nacionalidade ou outras.

10 – A responsabilidade social do Hospital estende-se a vários domínios. Como exemplo desse facto, a integração de um invisual como telefonista, o protocolo com estabelecimentos prisionais para a integração de reclusos em práticas de trabalho, a disponibilização de computadores desactivados para instituições de cariz social (escuteiros, Cruz Vermelha, escolas, lares, etc.). Ao nível do desenvolvimento e investigação, está em curso a compilação para edição em livro de todos os artigos científicos produzidos pelos funcionários do Hospital. Há mesmo desenvolvimentos internos de aplicações informáticas de relevante interesse para o sector da Saúde e que pensamos vir a vender a outras instituições, numa lógica de racionalização de meios ao dispor.

11 – Há uma natural preocupação pelo cumprimento da legislação e regulamentações em vigor.

12 – Existe uma preocupação no tratamento dos trabalhadores com respeito e integridade, despendendo-se anualmente muitos milhares de horas de formação, num plano aprovado pela Administração.

13 – O tratamento transparente e em condições de igualdade de todas as entidades que se relacionam com o Hospital materializa-se no seguimento de regras (concursos públicos, etc) que garantam essa mesma transparência.

14 – As despesas efectuadas pelo Hospital têm sempre o necessário suporte documental.

ii) Estruturas de Administração e Fiscalização

15 – Os órgãos de administração e fiscalização são nomeados pela tutela e têm a dimensão considerada apropriada.

16 – Existe segregação de funções, temos comissões especializadas e foi nomeada uma auditora interna, dando cumprimento ao preceituado legal.

17 – Há relatório anual de fiscalização

18 – As contas são avaliadas de forma regular e independente por um R.O.C.

Como Hospital acreditado pelo Kings Fund, obedecemos a regras

19 – O trabalho de auditoria interna tem levado à elaboração de relatórios acerca das diversas áreas do Hospital, tendo já sido iniciado o processo de melhorias ao nível do controlo interno.

20 – A limitação dos mandatos depende da decisão da tutela.

iii) Remunerações e outros direitos

21 – As remunerações e outros direitos auferidos pelos órgãos sociais são feitas de acordo com as regras em sede da legislação aplicável, fazem parte das contas aprovadas pela tutela e têm sempre suporte documental associado.

iv) Prevenção de conflitos de interesse

22 – Os membros da Administração declaram regularmente os seus interesses, por forma a acautelarem a independência da sua actuação.

v) Divulgação de informação relevante

23 – Sempre que se justifica, há publicitação das informações relevantes que possam afectar o Hospital.

vi) Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa

24 – Não aplicável no caso do Centro Hospitalar do Porto.

7.9 - Apresentação do Código de Ética

No regulamento interno aprovado prevê-se uma comissão de ética para a saúde no Centro Hospitalar, estando a mesma a preparar um código de ética a aprovar posteriormente.

Existe também um manual de Integração dos profissionais onde estão espelhados alguns dos seus direitos e deveres.

Existe ainda uma política de divulgação de valores e normas de conduta a todos os colaboradores.

8-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente do artigo 23.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no exercício de 2008, no montante de 24.723.930,80 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 19 de Março de 2009

O Conselho de Administração

Fernando José Montenegro Sollari Allegro – *Presidente*

Carlos Alberto Couto da Silva – *Vogal Executivo*

José Alberto Oliveira Castro Peixoto – *Vogal Executivo*

Luís Carlos Martins Delgado – *Vogal Executivo*

António Martins da Silva – *Director Clínico*

Alfredo Eduardo Argulho Alves – *Enfermeiro Director*

9- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO ANALÍTICO

ACTIVO

Em Euros

CONTAS		Exercícios			
		2008			31.12.2007
Código	Designação	Activo Bruto	Amortiz./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	ACTIVO:				
	IMOBILIZADO:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	51.874,98	0,00	51.874,98	51.874,98
422	Edifícios e outras construções	8.764.626,01	1.756.543,71	7.008.082,30	4.946.667,54
423	Equipamento básico	67.349.261,27	54.410.429,97	12.938.831,30	13.408.341,82
424	Equipamento de transporte	476.368,91	245.793,64	230.575,27	219.090,98
425	Ferramentas e utensílios	150.454,72	138.541,58	11.913,14	9.688,73
426	Equipamento administrativo e Informático	13.590.387,45	10.618.710,02	2.971.677,43	3.720.056,05
429	Outras imobilizações corpóreas	26.614,31	10.706,93	15.907,38	18.498,77
442	Imobilizações em curso	10.660.620,38	0,00	10.660.620,38	5.893.532,70
		101.070.208,03	67.180.725,85	33.889.482,18	28.267.751,57
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
415	Outras aplicações financeiras	161,08		161,08	161,08
		161,08		161,08	161,08
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsid./consumo	8.834.769,44	0,00	8.834.769,44	7.475.875,98
		8.834.769,44	0,00	8.834.769,44	7.475.875,98
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	12.266.087,89		12.266.087,89	11.832.997,91
213	Utentes, c/c	431,83		431,83	431,83
215	Instituições do MS	16.986.505,68		16.986.505,68	38.068.013,32
218	Clientes de cobrança duvidosa	1.012.254,98	1.012.254,98	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	15.901,93		15.901,93	0,00
24	Estado e outros entes públicos	430.079,24		430.079,24	322.378,70
262 / 8	Outros devedores	12.608.289,45		12.608.289,45	11.553.082,78
		43.319.551,00	1.012.254,98	42.307.296,02	61.776.904,54
	Títulos Negociáveis:				
18	Outras aplicações de tesouraria	32.000.000,00		32.000.000,00	0,00
		32.000.000,00	0,00	32.000.000,00	0,00
	Depósitos bancários e caixa:				
12/3	Depósitos bancários	16.519.960,73		16.519.960,73	28.922.382,19
11	Caixa	24.228,21		24.228,21	22.659,10
		16.544.188,94	0,00	16.544.188,94	28.945.041,29
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acréscimos de proveitos	8.729.511,47		8.729.511,47	4.880.416,10
272	Custos diferidos	5.234,29		5.234,29	4.213,44
		8.734.745,76	0,00	8.734.745,76	4.884.629,54
	Total de amortizações		67.180.725,85		
	Total de provisões		1.012.254,98		
	TOTAL DO ACTIVO:	210.503.624,25	68.192.980,83	142.310.643,42	131.350.364,00

BALANÇO ANALÍTICO**FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO**

Em Euros

CONTAS		Exercícios	
Código	Designação	2008	31-12-2007
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Capital Estatutário	112.837.000,00	86.548.000,00
	Reservas:		
571	Reservas legais	4.795,00	0,00
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
576	Doações	500.575,65	303.123,33
		505.370,65	303.123,33
59	Resultados transitados	-30.820.828,02	-30.840.005,81
88	Resultado líquido do exercício	-24.723.930,80	23.972,79
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS:	57.797.611,83	56.035.090,31
	PASSIVO:		
29	Provisões p/risco e encargos	1.245.521,99	952.023,05
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	640.853,95	457.583,75
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instit. MS	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	23.846.259,05	43.599.645,64
2311	Empréstimos obtidos	27.816.763,90	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	3.879.208,79	1.890.268,59
24	Estado e outros entes públicos	1.486.181,75	74.927,72
262 / 8	Outros credores	3.481.916,22	4.023.925,69
		60.510.329,71	49.588.767,64
	Total de dívidas a terceiros:	61.151.183,66	50.046.351,39
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acréscimos de custos	16.823.402,93	16.327.481,75
274	Proveitos diferidos	5.292.923,01	7.989.417,50
		22.116.325,94	24.316.899,25
	TOTAL DO PASSIVO:	84.513.031,59	75.315.273,69
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO:	142.310.643,42	131.350.364,00

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Sollari Allegro
Carlos Alberto
José Alberto Peixoto
Luís Delgado
Martins da Silva
Eduardo Alves

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em Euros

CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	2008		01.10.2007 a 31.12.2007	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custos mer. vend. mat. Cons. Matérias primas, subsidiárias de consumo		84.214.740,35		19.815.573,31
62	Fornecimentos e serviços externos		26.423.788,44		6.779.836,25
64	Custos com o pessoal:				
641+ 642	Remunerações	108.797.778,75		29.399.391,25	
	Encargos sociais:				
643	Pensões	9.498.769,95		2.113.395,09	
645/8	Outros	17.476.331,92	135.772.880,62	4.793.935,95	36.306.722,29
63	Transf. correntes concedidas e prest.sociais			2.012,75	2.012,75
65	Outros custos e perdas operacionais	644.504,30	644.504,30	79.880,32	79.880,32
66	Amortizações do exercício	6.504.741,69		1.633.220,49	
67	Provisões do exercício	832.111,79	7.336.853,48	201.900,62	1.835.121,11
	(A)		254.392.767,19		64.819.146,03
68	Custos e perdas financeiros		53.493,60		6.205,09
	(C)		254.446.260,79		64.825.351,12
69	Custos e perdas extraordinários		971.578,73		973.296,32
	(E)		255.417.839,52		65.798.647,44
86	Imposto s/ rendimento do exercício		8.642,34		1.115,42
	(G)		255.426.481,86		65.799.762,86
88	Resultado líquido do exercício		-24.723.930,80		23.972,79
			230.702.551,06		65.823.735,65
PROVEITOS E GANHOS					
712	Prestações de serviços		211.982.249,05		58.962.563,46
73	Proveitos suplementares	714.508,81		111.287,65	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	100.253,74		228.554,30	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	12.223.266,24	13.038.028,79	2.200.544,04	2.540.385,99
	(B)		225.020.277,84		61.502.949,45
78	Proveitos e ganhos financeiros		2.152.443,41		249.727,26
	(D)		227.172.721,25		61.752.676,71
79	Proveitos e ganhos extraordinários		3.529.829,81		4.071.058,94
	(F)		230.702.551,06		65.823.735,65
RESUMO :					
	Resultados operacionais		-29.372.489,35		-3.316.196,58
	Resultados financeiros		2.098.949,81		243.522,17
	Resultados correntes		-27.273.539,54		-3.072.674,41
	Resultados Extraordinários		2.558.251,08		3.097.762,62
	Resultado antes de impostos		-24.715.288,46		25.088,21
	Resultado líquido do exercício		-24.723.930,80		23.972,79

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Sollari Allegro
Carlos Alberto
José Alberto Peixoto
Luís Delgado
Martins da Silva
Eduardo Alves

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Euros

	Exercícios	
	2008	01.10.2007 a 31.12.2007
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	239.427.870,16	71.429.170,57
Pagamentos a fornecedores	-132.342.430,07	-31.013.085,86
Pagamentos ao pessoal	-120.287.925,06	-32.458.525,98
Fluxo gerado pelas operações	-13.202.484,97	7.957.558,73
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-154.490,04	76.214,12
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	29.873.832,37	3.901.617,90
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	-14.845.458,38	-4.590.740,00
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	1.671.398,98	7.344.650,75
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	164.179,37	5.053,12
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-349.628,89	0,00
Fluxo das actividades operacionais (1)	1.485.949,46	7.349.703,87
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	515,00	40,00
Subsídios de investimento	29.103,50	763.811,45
Juros e proveitos similares	1.303.565,45	91.813,67
	1.333.183,95	855.665,12
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	-9.508.985,76	-1.737.640,22
Fluxo das actividades de investimento (2)	-8.175.801,81	-881.975,10
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de :		
Realização de capital	26.289.000,00	6.758.000,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
Fluxo das actividades de financiamento (3)	26.289.000,00	6.758.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	19.599.147,65	13.225.728,77
Caixa e seus equivalentes no início do período	28.945.041,29	15.719.312,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48.544.188,94	28.945.041,29

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Sollari Allegro
Carlos Alberto
José Alberto Peixoto
Luís Delgado
Martins da Silva
Eduardo Alves

FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

DO PERÍODO DE:		Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2008
Em Euros						
CONTAS A DÉBITO		VALORES				
Código	Designação	Cobrados	A cobrar	Total		
	- Caixa	22.659,10		22.659,10		
	- Depósitos	28.922.382,19		28.922.382,19		
	I - SALDO INICIAL:	28.945.041,29		28.945.041,29		
15	Titulos negociáveis	0,00	0,00	0,00		
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00		
	Total das contas 15/18:	0,00	0,00	0,00		
219	Adiantamentos de clientes	175.001.502,60	0,00	175.001.502,60		
229	Adiantamentos de fornecedores	36.180,12	15.901,93	52.082,05		
23	Empréstimos obtidos	27.816.763,90	0,00	27.816.763,90		
24	Estado e outros entes públicos	29.560.466,11	430.079,24	29.990.545,35		
261	Adiantamentos a forneced. de Imobilizado	0,00	0,00	0,00		
262	Adiantamentos ao pessoal	66.128,51	0,00	66.128,51		
263	Sindicatos	219.291,18	0,00	219.291,18		
264	Regularização dividas p/ordem do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
268	Devedores e credores diversos	372.874,95	0,00	372.874,95		
	Total das receitas de fundos alheios:	233.073.207,37	445.981,17	233.519.188,54		
2745	Subsídios de investimento	29.103,50	0,00	29.103,50		
2748/9	Outros proveitos diferidos	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta proveitos diferidos:	29.103,50	0,00	29.103,50		
28	Empréstimos concedidos (amortizações)	0,00	0,00	0,00		
51	Capital Estatutário	26.289.000,00	0,00	26.289.000,00		
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00		
576	Doações	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de reservas:	0,00	0,00	0,00		
711	Vendas	0,00	0,00	0,00		
712	Prestações de serviços	191.482.834,68	20.493.376,81	211.976.211,49		
72	Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00		
73	Proveitos suplementares	499.234,16	213.013,95	712.248,11		
741	Transferências do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
742	Transferências correntes obtidas	59.275,88	40.977,86	100.253,74		
743	Subs. correntes obtidos-outros entes públicos	0,00	0,00	0,00		
749	Subs. correntes obtidos-de outras entidades	0,00	0,00	0,00		
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	5.076.806,71	7.146.459,53	12.223.266,24		
78	Proveitos e ganhos financeiros	2.152.443,41	0,00	2.152.443,41		
792/3/4/5/8	Proveitos e ganhos extraordinários	164.694,37	5.900,00	170.594,37		
	Total dos proveitos do exercício:	199.435.289,21	27.899.728,15	227.335.017,36		
	II. - RECEITAS DO EXERCÍCIO:	458.826.600,08	28.345.709,32	487.172.309,40		
797	Correcções relativas a exerc. anteriores	43.018.336,62	23.703.353,15	66.721.689,77		
	III. - RECEITAS EXERCÍCIOS ANTERIORES:	43.018.336,62	23.703.353,15	66.721.689,77		
	TOTAL GERAL:	530.789.977,99	52.049.062,47	582.839.040,46		

7.3 a FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

DO PERÍODO DE:		Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2008
CONTAS A CRÉDITO		Em Euros				
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total		
219	Adiantamentos de clientes	175.001.502,60	0,00	175.001.502,60		
229	Adiantamentos a fornecedores	52.082,05	0,00	52.082,05		
23	Empréstimos obtidos	0,00	27.816.763,90	27.816.763,90		
24	Estado e outros entes públicos	29.215.486,18	488.873,38	29.704.359,56		
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00		
262	Adiantamentos ao pessoal	66.128,51	0,00	66.128,51		
263	Sindicatos	219.291,18	0,00	219.291,18		
264	Regularização dívidas p/ordem do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
268	Devedores e credores diversos	450.330,33	75.362,88	525.693,21		
	Total da despesa de fundos alheios:	205.004.820,85	28.381.000,16	233.385.821,01		
272	Custos diferidos	0,00	5.234,29	5.234,29		
28	Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	0,00		
312	Mercadorias	0,00	0,00	0,00		
3161	Produtos farmacêuticos	48.382.605,78	14.535.811,13	62.918.416,91		
3162	Material de consumo clínico	15.132.993,08	4.483.769,10	19.616.762,18		
3163	Produtos alimentares	14.609,90	1.453,14	16.063,04		
3164	Material de consumo hoteleiro	1.117.025,83	341.968,24	1.458.994,07		
3165	Material de consumo administrativo	471.578,55	111.213,60	582.792,15		
3166	Material de manutenção e conservação	764.728,65	227.154,94	991.883,59		
3169	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de compras :	65.883.541,79	19.701.370,15	85.584.911,94		
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00		
42	Imobilizações corpóreas	4.731.065,96	2.439.334,80	7.170.400,76		
43	Imobilizações imcorpóreas	0,00	0,00	0,00		
44	Imobilizações em curso	2.883.413,44	1.883.674,24	4.767.087,68		
45	Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de imobilizações:	7.614.479,40	4.323.009,04	11.937.488,44		
6218	Trabalhos executados no exterior	3.683.164,98	1.345.415,27	5.028.580,25		
6219	Outros sub-contratos	2.155.640,93	332.323,99	2.487.964,92		
	Total da conta de subcontratos:	5.838.805,91	1.677.739,26	7.516.545,17		
622	Fornecimentos e serviços de terceiros	15.993.105,27	2.909.924,56	18.903.029,83		
63	Tranf. Correntes concedidas e prest. Sociais	0,00	0,00	0,00		

7.3 a FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

DO PERÍODO DE:	Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2008
----------------	---------	------	----------	---------	------

Em Euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total
641	Remunerações dos órgãos directivos	426.031,02	56.413,08	482.444,10
6421	Remunerações base do pessoal	63.686.213,44	5.900.341,88	69.586.555,32
6422	Suplementos de remunerações	25.727.887,82	112.914,30	25.840.802,12
6423	Prestações sociais directas	811.518,62	95.282,00	906.800,62
6424	Subsídio de férias e natal	6.182.520,05	5.798.656,54	11.981.176,59
643	Pensões	9.498.769,95	0,00	9.498.769,95
645	Encargos sobre remunerações	12.138.694,09	2.760.291,26	14.898.985,35
646	Seguros de acidentes no trabalho	91.499,11	0,00	91.499,11
647	Encargos sociais voluntários	0,00	0,00	0,00
648	Outros custos com o pessoal	2.467.434,95	18.412,51	2.485.847,46
	Total da conta despesas com pessoal:	121.030.569,05	14.742.311,57	135.772.880,62
65	Outros custos e perdas operacionais	456.470,28	188.034,02	644.504,30
68	Custos e perdas financeiras	53.493,60	0,00	53.493,60
695	Multas e penalidades	1.411,07	0,00	1.411,07
698	Outros custos e perdas extraordinários	349.628,89	0,00	349.628,89
	Total da conta custos/perdas extraordinários.:	351.039,96	0,00	351.039,96
86	Imposto s/rendimento do exercicio	0,00	0,00	0,00
	IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO:	422.226.326,11	71.928.623,05	494.154.949,16
69764	C.R.E.A. -Despesas com pessoal	13.461.499,81	3.375.717,89	16.837.217,70
6976...	C.R.E.A. -Outros	46.557.963,13	2.670.245,65	49.228.208,78
	V - DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES:	60.019.462,94	6.045.963,54	66.065.426,48
	- Caixa	24.228,21		24.228,21
	- Depósitos	16.519.960,73		16.519.960,73
	- Outras aplicações de tesouraria	32.000.000,00		32.000.000,00
	VI - SALDO FINAL:	48.544.188,94		48.544.188,94
	TOTAL GERAL:	530.789.977,99	77.974.586,59	608.764.564,58

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Sollari Allegro
Carlos Alberto
José Alberto Peixoto
Luís Delgado
Martins da Silva
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

RUBRICAS		DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2008	Em Euros			
Código	Designação	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS		Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass.	Orç. - Proc.	Pago
61	CUSTOS MERC. VEND. E MAT. CONS.:										
612	Mercadorias	60.128.881			62.043.497			60.128.881	60.128.881	-1.914.616	
6161	Produtos farmacêuticos	18.670.574			19.278.125			18.670.574	18.670.574	-607.551	
6162	Material de consumo clínico	16.699			17.322			16.699	16.699	-623	
6163	Produtos alimentares	1.125.254			1.409.377			1.125.254	1.125.254	-284.123	
6164	Material de consumo hoteleiro	522.701			576.666			522.701	522.701	-53.965	
6165	Material de consumo administrativo	743.155			889.753			743.155	743.155	-146.598	
6166	Material de manutenção e conservação	131.905			0			131.905	131.905	131.905	
6169	Outro material de consumo										
	TOTAL DA CONTA 61	81.339.169	0	0	84.214.740			81.339.169	81.339.169	-2.875.571	
	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:										
	Trabalhos executados no exterior:										
	Em Entidades do Ministério da Saúde:										
62181	Assistência ambulatória	2.233						2.233	2.233	2.233	
621811	Meios complementares de diagnóstico	607.560	433.120	433.120	433.120			174.440	174.440	174.440	
621812	Meios complementares de terapêutica	328.522	188.417	188.417	188.417			140.105	140.105	140.105	
621813	Produtos vendidos por farmácias	0	0	0	0			0	0	0	
621814	Intern., serv. enf., part./ T. doentes	1.244	0	0	0			1.244	1.244	1.244	
621815	Outros	0	0	0	0			0	0	0	
621819	Total da conta 62181	939.559	621.537	621.537	621.537			318.022	318.022	318.022	439.738
	Em Outras Entidades:										
62189	Assistência ambulatória	587	29.315	29.315	29.315			-28.728	-28.728	-28.728	
621891	Meios complementares de diagnóstico	743.490	1.228.479	1.228.479	1.228.479			-484.989	-484.989	-484.989	
621892	Meios complementares de terapêutica	838.809	456.586	456.586	456.586			382.223	382.223	382.223	
621894	Produtos vendidos por farmácias	0	0	0	0			0	0	0	
621895	Intern., serv. enf., part./ T. doentes	1.576.121	1.730.560	1.730.560	1.730.560			-154.439	-154.439	-154.439	
621896	Aparelhos complementares de terapêutica	528.188	605.906	605.906	605.906			-77.718	-77.718	-77.718	
621897	Assistência no estrangeiro	317.606	352.612	352.612	352.612			-35.006	-35.006	-35.006	
621898	Terminismo social	0	0	0	0			0	0	0	
621899	Outros	0	3.585	3.585	3.585			-3.585	-3.585	-3.585	
	Total da conta 62189	4.004.801	4.407.043	4.407.043	4.407.043			-402.242	-402.242	-402.242	3.243.427
	Total da conta 6218	4.944.360	5.028.580	5.028.580	5.028.580			-84.220	-84.220	-84.220	3.683.165
6219	Outros subcontratos	2.970.004	2.487.965	2.487.965	2.487.965			482.039	482.039	482.039	2.155.641
	Fornecimentos e serviços:										
6221	Fornecimentos e serviços I	4.542.669	5.332.329	5.332.329	5.332.329			-789.660	-789.660	-789.660	4.843.710
6222	Fornecimentos e serviços II	3.692.635	3.423.179	3.423.179	3.423.179			269.456	269.456	269.456	3.308.152
6223	Fornecimentos e serviços III	9.057.604	9.991.594	9.991.594	9.991.594			-933.990	-933.990	-933.990	7.698.496
6229	Outros fornecimentos e serviços	41.570	160.141	160.141	160.141			-118.571	-118.571	-118.571	142.747
	Total da conta 622	17.334.478	18.907.243	18.907.243	18.907.243			-1.572.765	-1.572.765	-1.572.765	15.993.105
	TOTAL DA CONTA 62	25.248.842	26.423.788	26.423.788	26.423.788			-1.174.946	-1.174.946	-1.174.946	21.831.911
63	Transf. correntes concedidas e prest. Sociais							0	0	0	0

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

DE:		Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2008	Em Euros	
Despesas com pessoal:								
Remuneração dos órgãos directivos:								
641	Remunerações base	361.619	330.818	330.818	330.818	330.818		
6411	Subsídio de férias e natal	61.560	56.317	56.317	56.317	56.317		
6412	Suplementos de remunerações	104.183	95.309	95.309	95.309	95.309		
6413	Prestações sociais directas		0	0	0	0		
6414	Outras remunerações		0	0	0	0		
6419								
Total da conta 641		527.362	482.444	482.444	482.444	482.444	44.918	426.031
Remunerações base do pessoal:								
6421	Pessoal dos quadros-reg função pública	44.788.120	49.044.304	49.044.304	49.044.304	49.044.304	-4.256.184	44.790.506
64211	Pessoal com contrato a termo certo	94.922	7.109	7.109	7.109	7.109	87.813	87.813
64212	Pessoal em qualquer outra situação	7.425.108	7.004.678	7.004.678	7.004.678	7.004.678	420.430	6.391.362
64213	Pessoal quadros-reg cont ind trabalho	12.856.600	13.530.463	13.530.463	13.530.463	13.530.463	-673.863	12.497.760
64214								
Total da conta 6421		65.164.750	69.586.555	69.586.555	69.586.555	69.586.555	-4.421.805	63.686.213
Suplementos de remunerações:								
6422	Horas extraordinárias	9.702.122	9.665.800	9.665.800	9.665.800	9.665.800	36.322	9.682.404
64221	Prevenções	513.619	865.089	865.089	865.089	865.089	-351.470	862.106
642212	Noites e suplementos	3.528.371	4.210.503	4.210.503	4.210.503	4.210.503	-682.132	4.172.969
64222	Subsídio de turno	807.583	790.376	790.376	790.376	790.376	17.207	763.878
64223	Abono para falhas	2.387	3.742	3.742	3.742	3.742	-1.355	3.742
64224	Subsídio de refeição	3.283.053	3.481.123	3.481.123	3.481.123	3.481.123	-198.070	3.481.123
64225	Ajudas de custo	14.766	28.723	28.723	28.723	28.723	-13.957	28.723
64226/7	Vestuário e artigos pessoais, alim e alojamento	0	0	0	0	0	0	0
642281	S.I.G.I.C.	2.766.140	2.484.918	2.484.918	2.484.918	2.484.918	281.222	281.222
642282 a 9	Outros suplementos	4.798.357	4.310.528	4.310.528	4.310.528	4.310.528	487.829	6.732.943
Total da conta 6422		25.416.398	25.840.802	25.840.802	25.840.802	25.840.802	-424.404	25.727.888

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

DE:		Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2008	Em Euros	
6423	Prestações sociais diversas	640.679	906.801	906.801	906.801	-266.122	-266.122	811.519
6424	Subsídio de férias e Natal	11.328.851	11.981.177	11.981.177	11.981.177	-652.326	-652.326	6.182.520
643	Pensões	8.294.896	9.498.770	9.498.770	9.498.770	-1.203.874	-1.203.874	9.498.770
645	Encargos sobre remunerações	14.768.000	14.898.985	14.898.985	14.898.985	-130.985	-130.985	12.138.694
646	Seg. de acidente no trabalho doenças profissionais	139.048	91.499	91.499	91.499	47.549	47.549	91.499
647	Encargos sociais voluntários	0	0	0	0	0	0	0
648	Outros custos com pessoal	2.308.585	2.485.847	2.485.847	2.485.847	-177.262	-177.262	2.467.435
	TOTAL DA CONTA 64	128.588.569	135.772.881	135.772.881	135.772.881	-7.184.312	-7.184.312	121.030.569
65	Outros custos operacionais	416.332	644.504	644.504	644.504	-228.172	-228.172	456.470
66	Amortizações exercício	6.717.820	6.504.742	6.504.742	6.504.742	213.078	213.078	
67	Provisões exercício	478.749	832.112	832.112	832.112	-353.363	-353.363	
68	Custos e perdas financeiras	740.749	53.494	53.494	53.494	687.255	687.255	53.494
69	Custos e perdas extraordinárias:							
691	Donativos							
692	Dívidas incobráveis	873.384	207.803	207.803	207.803			
693	Perdas em existências	140.080	33.329	33.329	33.329			
694	Perdas em imobilizações	35.590	8.468	8.468	8.468			
695	Multas e penalidades	5.930	1.411	1.411	1.411			1.411
697	Correcções relat exerc. anteriores	2.792.388	664.391	664.391	664.391			60.019.463
698	Outros custos e perdas extraord.	236.104	56.176	56.176	56.176			349.629
	TOTAL DA CONTA 69	4.083.476	971.579	971.579	971.579	3.111.897	3.111.897	60.370.503
	TOTAL GERAL	247.613.706	171.203.099	171.203.099	171.203.099	76.410.607	76.410.607	203.742.947

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Proveitos e ganhos

DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2008

Em Euros

RUBRICAS		Orçamentado	Emitido	Diferenças Orç. -Emitido	Cobrado
Código	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços:				
712	Prestações de serviços:				
7121	Internamento	101.147.570	92.871.651	8.275.919	
7122	Consulta	58.713.059	57.693.316	1.019.743	
7123	Urgência - SAP	19.559.125	19.689.151	-130.026	
7124	Quartos particulares	0	0	0	
7125	Hospital de dia	7.680.402	4.478.737	3.201.665	
7126	Meios complementares diagnóstico terapêutica:				
71261	De diagnóstico	4.223.872	6.046.558	-1.822.686	
71262	De terapêutica	1.469.077	939.740	529.337	
7127	Taxas moderadoras	1.248.822	1.486.941	-238.119	
7128	Outras prestações serviços de saúde	30.312.704	28.566.767	1.745.937	
7129	Outras prestações serviços	452.946	209.388	243.558	
	Total da Conta 712	224 807 577	211 982 249	12 825 328	191 482 835
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:	443 801	714 509	- 270 708	499 234
742	Transferências correntes obtidas:				
7421	Da A.C.S.S.		40.978	- 40 978	
7429	Outras transferências correntes obtidas	0	59.276	- 59 276	59.276
743	Subsídios correntes obtidos- Outros entes públicos				
749	Subsídios correntes obtidos- De outras entidades				
	Total da Conta 74	0	100.254	-100.254	59.276
76	Outros proveitos e ganhos operacionais:				
762	Reembolsos	11.526.416	11.437.479	88.937	
768	Não especificados alheios ao valor acrescentado	33.369	6.077	27.292	
769	Outros	211.741	779.710	-567.969	
	Total da Conta 76	11.771.526	12.223.266	-451.740	5.076.807
78	Proveitos e ganhos financeiros	802 595	2 152 443	- 1 349 848	2 152 443
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2 132 690	3 529 830	- 1 397 140	43 183 031
	TOTAL GERAL	239 958 189	230 702 551	9 255 638	242 453 626

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Sollari Allegro
Carlos Alberto
José Alberto Peixoto
Luís Delgado
Martins da Silva
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2008

RUBRICAS		Em Euros						
Código	Designação	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS		Pago/Cobrado
						Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass	Orç. - Proc.
3161	COMPRAS:							
31611	Produtos farmacêuticos:							
	Medicamentos	48 430 951	54 352 655	54 352 655	54 352 655	- 5 921 704	- 5 921 704	- 5 921 704
31612	Reagentes e prod. de diag. rápido	11 144 135	11 522 549	11 522 549	11 522 549	- 378 414	- 378 414	- 378 414
31619	Outros produtos farmacêuticos	553 795	564 217	564 217	564 217	- 10 422	- 10 422	- 10 422
	Total da conta 3161	60 128 881	66 439 420	66 439 420	66 439 420	- 6 310 539	- 6 310 539	48 382 606
3162	Material consumo clínico	18 670 574	20 209 744	20 209 744	20 209 744	- 1 539 170	- 1 539 170	15 132 993
3163	Produtos alimentares	16 699	16 146	16 146	16 146	553	553	14 610
3164	Material consumo hoteleiro	1 125 254	1 466 289	1 466 289	1 466 289	- 341 035	- 341 035	1 117 026
3165	Material consumo administrativo	522 701	587 868	587 868	587 868	- 65 167	- 65 167	471 579
3166	Material manutenção e conservação	743 155	994 831	994 831	994 831	- 251 676	- 251 676	764 729
3169	Outro material de consumo	131 905	0	0	0	131 905	131 905	0
	TOTAL DAS COMPRAS:	81 339 169	89 714 299	89 714 299	89 714 299	- 8 375 130	- 8 375 130	65 883 542
317	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS:		403 800	403 800	403 800	- 403 800	- 403 800	
318	DESCONT. ABATIMENTOS COMPRAS:		3 725 586	3 725 586	3 725 586	- 3 725 586	- 3 725 586	
	COMPRAS LIQUIDAS	81 339 169	85 584 912	85 584 912	85 584 912	- 4 245 743	- 4 245 743	65 883 542

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Sollari Allegro
Carlos Alberto
José Alberto Peixoto
Luís Delgado
Martins da Silva
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

DE:		Janeiro		A:		Dezembro		DO ANO:		2008		Em Euros	
RUBRICAS													
Código	Designação	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago				
						Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass	Orç. - Proc.					
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:												
421	Terrenos e recursos naturais												
422	Edifícios e outras construções	10.296.000	2 614 015	2 614 015	2 614 015	7 681 985	7 681 985	7 681 985	1 823 033				
423	Equipamento básico												
4231	Médico-cirúrgico	3 218 966	1 879 288	1 879 288	1 879 288	1 339 678	1 339 678	1 339 678					
4232	De imagiologia	0	175 240	175 240	175 240	- 175 240	- 175 240	- 175 240					
4233	De laboratório	0	250 537	250 537	250 537	- 250 537	- 250 537	- 250 537					
4234	Mobiliário hospitalar	478 295	149 573	149 573	149 573	328 722	328 722	328 722					
4235	De desinfeção e esterilização	0	105 698	105 698	105 698	- 105 698	- 105 698	- 105 698					
4236	De hotelaria	0	822 218	822 218	822 218	- 822 218	- 822 218	- 822 218					
4239	Outros	0	350 801	350 801	350 801	- 350 801	- 350 801	- 350 801					
Total da Conta 4.2.3		3 697 261	3 733 355	3 733 355	3 733 355	- 36 094	- 36 094	- 36 094	2 267 653				
424	De transporte:		61 181	61 181	61 181	- 61 181	- 61 181	- 61 181	30 939				
425	Ferramentas e utensílios:		5 639	5 639	5 639	- 5 639	- 5 639	- 5 639	2 331				
426	Equipamento administrativo:												
4261	Equipamento administrativo		255 311	255 311	255 311	- 255 311	- 255 311	- 255 311	198 450				
4262	Equipamento informático	600 000	500 900	500 900	500 900	99 100	99 100	99 100	408 660				
Total da Conta 4.2.6		600 000	756 211	756 211	756 211	- 156 211	- 156 211	- 156 211	607 110				
TOTAL IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:		14 593 261	7 170 401	7 170 401	7 170 401	7 422 860	7 422 860	7 422 860	4 731 066				
		25 390 540	4 767 088	4 767 088	4 767 088	20 623 452	20 623 452	20 623 452	2 883 413				
44	IMOBILIZAÇÃO EM CURSO:												
TOTAL GERAL		39 983 801	11 937 489	11 937 489	11 937 489	28 046 312	28 046 312	28 046 312	7 614 479				

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Sollari Allegro
Carlos Alberto
José Alberto Peixoto
Luís Delgado
Martins da Silva
Eduardo Alves

10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Hospitalar do Porto, EPE, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 326/2007 de 28 de Setembro e resultou da fusão por extinção do Hospital Geral de Santo António, EPE, Maternidade de Júlio Dinis e Hospital Central Especializado de Crianças Maria Pia, com efeitos a partir de 01 de Outubro de 2007, tendo-lhes sucedido em todos os direitos e obrigações, nos termos do artigo 2.º do mesmo diploma legal.

A nova entidade, com sede no Largo Professor Abel Salazar 4099-001 Porto, reveste a natureza jurídica de Entidade Pública Empresarial e possui o número de identificação fiscal 508331471.

As notas que se seguem apresentam os valores em euros e respeitam a numeração sequencial definida no POCMS.

As notas não mencionadas não são aplicáveis ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram durante o exercício em causa.

Nota 8.2.2

Não existe comparabilidade ao nível das contas de resultados e dos fluxos de caixa, porquanto, os valores referidos no ano de 2007 respeitam ao período de 01/10/2007 a 31/12/2007, já que o início de actividade ocorreu nessa data.

Nota 8.2.3

Critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados:

a) Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado pelo custo de aquisição, sendo as doações avaliadas e registadas pelo justo valor.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e por duodécimos sendo as taxas aplicadas, as previstas na Portaria 671/2000.

b) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado.

c) Provisões para cobranças duvidosas

As provisões para cobranças duvidosas são reconhecidas com base na avaliação dos riscos de não cobrança das contas a receber de clientes.

A provisão criada corresponde à totalidade dos clientes classificados na contabilidade como clientes de cobrança duvidosa (conta 218) e cuja cobrança judicial se encontra em curso.

d) Provisões para outros riscos e encargos

As provisões para outros riscos e encargos foram calculadas tendo em conta o princípio da prudência, tomando por base a probabilidade de ocorrência dos factos subjacentes.

e) Acréscimos e diferimentos

A empresa regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- Acréscimos de proveitos

Esta conta regista nomeadamente o valor do proveito correspondente a serviços de saúde prestados durante o exercício, cujos direitos serão reconhecidos no exercício seguinte.

- Custos diferidos

Esta conta abrange as situações de despesas suportadas no exercício mas que também respeitam ao exercício seguinte, nomeadamente seguros.

- Acréscimos de custos

Esta conta evidencia as estimativas de custos imputáveis ao exercício mas cujo pagamento ocorrerá no exercício seguinte. Salientam-se desta rubrica as responsabilidades com férias, subsídio de férias e respectivos encargos.

- Proveitos diferidos

Inclui os subsídios de investimento recebidos para financiamento de imobilizações corpóreas.

f) Pensões de reforma

Os encargos com pensões encontram-se registados pela despesa efectivamente paga, que durante o ano de 2008 ascenderam a 9.498.770 euros.

O Centro Hospitalar do Porto, E.P.E., não assumiu qualquer fundo próprio ou autónomo para cobertura de responsabilidades com pensões.

No final do exercício de 2007, o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. encomendou um estudo actuarial, segundo o qual, para o cenário mais provável, os compromissos relativos a pensões ascendem a 157.265.114 euros.

Estas responsabilidades não se encontram reconhecidos no Balanço, por indicação da Tutela, uma vez que este assunto está a ser objecto de análise por representantes da ACSS, DGT e IGF.

g) Imposto sobre o rendimento

A estimativa para IRC refere-se apenas às situações de tributações autónomas, tendo em conta que é esperado um prejuízo fiscal no exercício.

Nota 8.2.4

Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio vigente na data da sua ocorrência.

Nota 8.2.7

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.e abates	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	51.874,98			51.874,98
Edifícios e outras construções	6.150.611,22	2.614.014,79		8.764.626,01
Equipamento básico	64.578.536,75	3.912.028,04	-1.141.303,52	67.349.261,27
Equipamento de transporte	415.187,53	61.181,38		476.368,91
Ferramentas e utensílios	144.815,65	5.639,07		150.454,72
Equipamento administrativo e informático	12.899.099,62	774.989,80	-83.701,97	13.590.387,45
Outras imobilizações corpóreas	26.614,31			26.614,31
Imobilizações em curso	5.893.532,70	4.767.087,68		10.660.620,38
Total	90.160.272,76	12.134.940,76	-1.225.005,49	101.070.208,03
Investimentos financeiros:				
Outras aplicações financeiras	161,08			161,08
Total	161,08			161,08
Total Geral	90.160.433,84	12.134.940,76	-1.225.005,49	101.070.369,11

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	1.203.943,68	552.600,03		1.756.543,71
Equipamento básico	51.170.194,93	4.373.315,69	-1.133.080,65	54.410.429,97
Equipamento de transporte	196.096,55	49.697,09		245.793,64
Ferramentas e utensílios	135.126,92	3.414,66		138.541,58
Equipamento administrativo e informático	9.179.043,57	1.523.122,83	-83.456,38	10.618.710,02
Outras imobilizações corpóreas	8.115,54	2.591,39		10.706,93
Total	61.892.521,19	6.504.741,69	-1.216.537,03	67.180.725,85

Os aumentos do activo bruto incluem o montante de 197.452,32 euros relativos a doações no exercício.

Nota 8.2.12

O valor global bruto das obras em edifícios alheios, ascende a 8.764.626,01 euros, dos quais 2.614.014,79 euros respeitam ao exercício.

Nota 8.2.13

Bens utilizados em regime de locação financeira:

Equipamento	Ano contrato	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Capital em dívida em 31/12/2008
Viatura ligeira 50-BS-56	2006	29.700,00	9.590,75	20.109,25	9.364,82
Viatura ligeira 84-DJ-43	2007	34.900,01	7.270,80	27.629,21	16.206,14
Viatura ligeira 14-EZ-87	2007	35.000,00	4.739,54	30.260,46	22.926,82
Viatura ligeira 19-GO-90	2008	33.812,20	352,21	33.459,99	31.187,78
Ventiladores Cont 10016937	2007	137.736,90	26.771,64	110.965,26	92.635,25
Ventiladores Cont 10016938	2007	459.202,91	80.244,84	452.827,64	317.282,30
Ventiladores Cont 10016853	2007	94.710,00	9.204,16	94.710,00	72.173,12
Ventiladores Cont 10016855	2008	460.494,01	40.928,44	460.494,01	375.024,09
Total		1.285.556,03	179.102,38	675.251,81	936.800,32

Nota 8.2.14

No desenvolvimento da sua actividade, o Centro Hospitalar do Porto utiliza imóveis do domínio privado do Estado, cujo reconhecimento no seu património está pendente de instruções a receber da Tutela.

Nota 8.2.22

O valor das existências à guarda de terceiros no final do exercício, era de 202.961,07 euros.

Nota 8.2.23

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
21813 - Companhias de Seguros	827.118,57	262.397,08	282.059,81	807.455,84
21819 - Outros Clientes	258.543,36	430,50	54.174,72	204.799,14

Nota 8.2.26

Não existia, em 31 de Dezembro de 2008, qualquer dívida do Centro Hospitalar em mora ao Estado ou a outros Entes Públicos.

Nota 8.2.31

Explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, na conta de provisões:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291 - Provisões para cobranças duvidosas	1.085.661,93	245.160,10	318.567,05	1.012.254,98
292 - Provisões para riscos e encargos	952.023,05	586.951,69	293.452,75	1.245.521,99

Nota 8.2.32

Movimentos nas contas de fundos próprios:

CONTA	Saldo Inicial	Movimento no Exercício		Saldo Final
		Débito	Crédito	
Capital Estatutário	86.548.000,00		26.289.000,00	112.837.000,00
Reservas:				
Reservas legais			4.795,00	4.795,00
Reservas estatutárias				
Doações	303.123,33		197.452,32	500.575,65
Resultados transitados	-30.840.005,81	4.795,00	23.972,79	-30.820.828,02
Resultado líquido do exercício	23.972,79	24.747.903,59		-24.723.930,80
Total	56.035.090,31	24.752.698,59	26.515.220,11	57.797.611,83

Neste exercício verificou-se a subscrição de uma dotação de capital estatutário no montante de 26.289.000,00 euros, nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 116/2008 de 12 de Junho.

A reserva por doações representa exclusivamente, a contrapartida do imobilizado corpóreo obtido a título gratuito, conforme referido na nota 8.2.7.

Nota 8.2.33

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	7.475.875,98
Compras	85.584.911,94
Regularização de existências	-11.278,13
Existências finais	8.834.769,44

Nota 8.2.35

Repartição do valor das prestações de serviços por modalidade de assistência ou linhas de produção:

Prestação de serviços	2008	2007
Internamento	92.871.650,94	24.611.381,21
Consulta Externa	57.693.316,27	13.328.330,41
Urgência SAP	19.689.150,71	4.947.055,45
Hospital de Dia	4.478.737,40	1.646.772,46
MCDT	6.986.298,07	1.799.980,19
Outras Prestações Serviços*	30.263.095,66	12.629.043,74
Total	211.982.249,05	58.962.563,46

(*) inclui taxas moderadoras

Nota 8.2.37

Demonstração dos resultados financeiros:

Custos e Perdas	Exercícios	
	2008	2007
681 - Juros suportados	49.641,34	5.397,00
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	32,89	12,90
688 - Outros custos e perdas financeiras	3.819,37	795,19
TOTAL	53.493,60	6.205,09
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2008	2007
781 - Juros obtidos	1.303.565,45	82.589,76
783 - Rendimentos de imóveis		436,41
785 - Diferença câmbio favoráveis	215,84	
786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	848.662,12	166.701,09
788 - Outros proveitos e ganhos financeiros		
TOTAL	2.152.443,41	249.727,26
Resultados Financeiros	2.098.949,81	243.522,17

*Nota 8.2.38**Demonstração dos resultados extraordinários:*

Custos e Perdas	Exercícios	
	2008	2007
692 - Dívidas incobráveis	207.803,34	206.527,79
693 - Perdas em existências	33.328,95	25.573,65
694 - Perdas em imobilizações	8.468,46	0,00
695 - Multas e penalidades	1.411,07	192,00
697 - Correções relativas a exercicios anteriores	664.390,77	741.002,88
698 - Outros custos e perdas extraordinários	56.176,14	0,00
TOTAL	971.578,73	973.296,32
Custos e Perdas	Exercícios	
	2008	2007
793 - Ganhos em existências	22.050,82	29.875,06
794 - Ganhos em imobilizações	515,00	40,00
796 - Reduções de provisões	318.567,05	66.762,89
797 - Correções relativas a exercicios anteriores	293.019,58	3.622.922,26
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.895.677,36	351.458,73
TOTAL	3.529.829,81	4.071.058,94
Resultados extraordinários	2.558.251,08	3.097.762,62

Projectos de investimento financiados

No activo imobilizado corpóreo, incluindo o imobilizado em curso, encontram-se registados bens integrados em projectos de investimento financiados que se discriminam no quadro seguinte, de acordo com o saldo da conta 2745.

Projecto:	Investimento Previsto	% Comparticipação	Investimento até 31/12/08	Financiamento até 31/12/08	Saldo da conta 2745
Informatização Serv. de Urg.	606.139,20	75%	620.334,92	452.764,91	32.142,53
Aquisição de Camas	522.000,00	75%	521.914,13	391.435,59	52.379,53
Informatização SAM	375.493,27	75%	335.267,96	251.450,98	0,00
Ressonância Magnética	1.729.000,00	75%	1.437.269,18	1.077.951,75	154.362,57
Certificação Central Esterilização	77.827,27	75%	2.843,28	2.132,46	0,00
Litotricia	356.140,82	75%	356.140,82	267.105,62	38.249,40
Sistema Neuronavegação	273.105,00	73%	273.105,00	200.000,00	80.282,30
Informatização Global 5ª Fase	6.555.154,55	50%	5.275.889,89	2.637.372,00	1.147.429,56
Remod. Ampl. Serv.Cuid. Intens.	943.237,47	75%	1.083.734,50	920.742,88	818.561,62
Remod. Serv. Neurofisiologia	1.132.688,65	75%	912.027,69	838.729,59	838.729,58
Remod. Serv.Fisiatria	1.757.006,59	50%	0,00	240.857,00	240.857,00
Unidade Psiquiatria Ligação	89.905,27	75%	90.640,15	67.428,95	53.832,92
Infraest. Cablagem p/ Rede Local	1.995.192,00	75%	1.519.844,20	1.139.883,16	1.139.883,16
Recuperação de ETARS	87.260,36	75%	87.178,08	62.029,44	51.132,16
Criação Laboratório Hemodinâmica	763.811,45	75%	1.019.216,26	763.811,45	615.977,18
Sistema Informação Laboratorial	34.138,00	75%	42.017,25	25.603,50	25.603,50
IDEA - Proj. Integ.p/autom.Anestesia	3.500,00	100%	2.100,00	3.500,00	3.500,00
TOTAL	17.301.599,90		13.579.523,31	9.342.799,28	5.292.923,01

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Sollari Allegro
Carlos Alberto
José Alberto Peixoto
Luís Delgado
Martins da Silva
Eduardo Alves

11 - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



ASSUNÇÃO, SÁ E CAMBÃO, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.”, as quais compreendem o Balanço em trinta e um de Dezembro de dois mil e oito, (que evidencia um total de 142.310.643,42 euros e um total de Fundos próprios de 57.797.611,83 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24.723.930,80 euros), a Demonstração de resultados por naturezas e as correspondentes Notas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro Hospitalar, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



ASSUNÇÃO, SÁ E CAMBÃO, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RESERVAS

7. Conforme referido na nota 8.2.14 das Notas ao Balanço e à Demonstração de resultados o Centro Hospitalar não reconheceu no seu Património os imóveis do domínio privado do Estado de que é entidade afectatária, em virtude dos mesmos ainda não terem sido objecto dos procedimentos formais contidos no D.L. 280/2007 de 7 de Agosto.
8. O imobilizado corpóreo registado na contabilidade, não se encontra devidamente suportado por inventário detalhado, subsistindo uma divergência no montante de 2.864.567 euros, a qual está a ser objecto de conferência no âmbito do levantamento físico, integral, em curso.
9. Conforme referido na alínea f) da nota 8.2.3 das Notas ao Balanço e à Demonstração de resultados, o Centro Hospitalar divulgou a existência de responsabilidades com pensões sem fundo constituído no montante de 157.265.114 euros, de acordo com estimativa mais provável do estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2007, não tendo procedido ao seu reconhecimento no Balanço e Demonstração dos resultados. O gasto com pensões no exercício de 2008 ascendeu a 9.498.769,95 euros.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima e quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 9 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do “Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.”, em 31 de Dezembro de 2008, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector da saúde em Portugal.

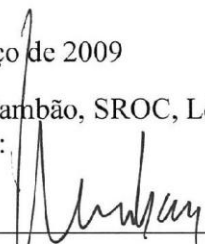
ENFÂSE

11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto dos valores comparativos incluídos nas demonstrações financeiras (ano de 2007), conforme descrito na nota 8.2.2, se reportarem ao período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2007, uma vez que esta entidade foi constituída por fusão no decurso de 2007.

Porto, 26 de Março de 2009

Assunção, Sá e Cambão, SROC, Lda

Representada por:


Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão – R.O.C.



ASSUNÇÃO, SÁ E CAMBÃO, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Nos termos da lei e na qualidade de Fiscal Único, vimos submeter à apreciação de Vossas Exas. o nosso relatório e parecer sobre a actividade desenvolvida e sobre os documentos de prestação de contas do “**Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.**” com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

No âmbito das nossas funções:

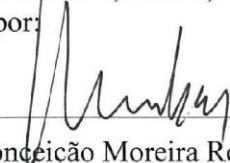
- a) Acompanhámos a actividade desenvolvida pelo Centro Hospitalar no presente exercício, tendo recebido do Conselho de Administração e dos Serviços as informações e esclarecimentos solicitados;
- b) Verificámos a regularidade da escrituração, tendo procedido às confirmações consideradas adequadas;
- c) Apreciámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados que se nos figuram adequados;
- d) Verificámos o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis;
- e) Examinámos os documentos de prestações de contas e revimos o relatório de gestão reportados a 31 de Dezembro de 2008;
- f) Como consequência do trabalho efectuado emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Auditoria/Revisão nos termos da alínea i) do nº 2 art.º 16º do Anexo II do DL n.º 233/2005 de 29 de Dezembro.

Face ao exposto, e tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas, somos da opinião que as demonstrações financeiras e o relatório de gestão estão de acordo com as disposições legais e estatutárias, pelo que poderão ser aprovados.

Porto, 26 de Março de 2009

O FISCAL ÚNICO

Assunção, Sá e Cambão, SROC, Lda
Representada por:



Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão – R.O.C.